

O SHOW DE HORRORES DE TRUMP



Arte: Nathalie Nascimento

Em um show político na Capital One Arena, Trump rescinde medidas de Biden, decreta retorno ao trabalho presencial, anuncia saída dos EUA da OMS e do Acordo de Paris, concede perdão aos réus do 6 de janeiro e declara guerra à imigração ilegal, marcando o início de um mandato que promete polêmicas e confrontos globais

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 21 de janeiro de 2024 N° 174

Extremismo, imperialismo e ameaças: uma nova era para os EUA de Trump

Entenda o que está em jogo na parceria Meta e Trump

Brain rot: o que explica o emburrecimento do nosso cérebro?

Pastor Sergio Dusilek: “A sociedade está tensionando do conservadorismo para o radicalismo da extrema direita”

» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ **ACOMPANHE :** ▶ /FundacaoPerseuAbramo



focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes

e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe,

Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes

Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino

Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de

Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando

Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José

Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga

Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires

de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura,

Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel

Soledade Nacif, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre,

Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



Reprodução: X/@POTUS

Um futuro difícil

O dia amanheceu frio em Washington, com termômetros marcando -8°C e sensação térmica de -11°C , no que se tornaria a posse presidencial mais gélida desde 1930. Ainda assim, o clima externo não foi suficiente para rivalizar com o ambiente carregado que marcou a cerimônia de posse de Donald Trump como o 47º presidente dos Estados Unidos nesta segunda-feira (20). **pág. 05**

CARTA AO LEITOR

Plutocracia das plataformas tenta, via 'trumpismo', dominar o mundo

pág. 04

CAPA

As principais ações de Trump no primeiro dia de mandato

pág. 05

NO MUNDO

Repercussão internacional: líderes comentam a posse de Donald Trump

pág. 09

XADRES TECH

Entenda o que está em jogo na parceria Meta e Trump

pág. 11

ARTIGO

Quais são as intenções do Presidente Trump?, por James Green

pág. 14

FENÔMENO

Brain rot: o que explica o emburrecimento do nosso cérebro?

pág. 16

SAÚDE

“Não é político, mas técnico”: Saúde explica veto a PL que equipara portadores de Diabetes tipo 1 a PCD

pág. 19

ENTREVISTA

Pastor Sérgio Dusilek: “A sociedade está tensionando do conservadorismo para o radicalismo da extrema direita”

pág. 21

FINALMENTE

Reforma Tributária: Lula sanciona marco histórico para simplificação e justiça fiscal

pág. 27

ECONOMIA

Haddad apresenta 25 metas econômicas do governo Lula para 2025-2026

pág. 28

ARTIGO

Os desafios das emendas impositivas ao Orçamento

pág. 29

ARTIGO

Novas frentes para isolar o fascismo, por Tarso Genro e Aloysio Ferreira

pág. 33

PT

Senadores criticam campanha dedesinformação sobre transparência no PIX

pág. 34

CULTURA

Sem Censura vence Prêmio APCA como Melhor Programa de TV

pág. 38

INTERNACIONAL

Cessar-fogo na Palestina começa a valer após liberação de reféns e prisioneiros

pág. 39



Plutocracia das plataformas tenta, via ‘trumpismo’, dominar o mundo

O embate permanente ganha novos contornos, mas, nada que possa nos tirar do rumo estabelecido nas eleições de 2022: unir e reconstruir o Brasil para continuarmos avançando.

Alberto Cantalice

O retorno de Donald Trump à Casa Branca, longe de representar um mero soluço da democracia liberal, significa a consagração na maior economia do mundo, na maior força militar e dominante na indústria cultural, uma regressão reacionária.

Mais significativo do que o ascenso de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Ronald Reagan nos EUA, entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980. Trump cuja posse fez a festa dos bilionários estadunidenses estava cercado dos plutocratas da indústria armamentista, do petróleo e das big techs (os novos reis do capitalismo de plataforma).

A ascensão do trumpismo não é um caso isolado: faz parte de uma concertação já anunciada por um dos

seus ponta de lança, Steve Bannon, de apoio ao extremismo direitista nas disputas eleitorais mundo afora. Ameaçou abertamente a Alemanha e a França e sinalizou apoio ao filho do capitão inegável para o pleito futuro aqui no Brasil.

Essa ação de Bannon foi antecedida pelos ataques proferidos pelo plutocrata e atual Secretário (ministro) de Trump Elon Musk, ao primeiro-ministro trabalhista inglês Keir Starmer, acusando-o de conivência a supostos crimes cometidos por imigrantes mulçumanos na Grã-Bretanha. O que é uma fake news. Outras sinalizações perigosas são a “ameaça” da tomada do Canal do Panamá e a anexação do Canadá e da Groenlândia, sob controle da Dinamarca. Um país membro da OTAN.

Pode ser bravata? Pode.

Não seria a primeira vez, dado que o atual presidente é pródigo por discursos fortes para mobilizar suas bases conservadoras e supremacistas e às vezes recuar.

Entretanto, o que se depreende da

vitória esmagadora de Trump, com maioria na Câmara e no Senado e também com a simpatia majoritária da Suprema Corte, é que parte fundamental do povo Norte-Americano se ressentido do enfraquecimento do país motivado pela desindustrialização e pela competitividade dos produtos estrangeiros. A desindustrialização foi motivada pela migração das plantas industriais para a China e para os demais países da periferia do capitalismo em busca de menores custos de produção. Isso não tem volta. Seria um ataque frontal ao chamado “Laissez faire”, um dos componentes principais do neo e do ultraliberalismo.

O que se avizinha é o estabelecimento de uma guerra de sanções e sobretaxas ancoradas numa máquina de propaganda jamais vista na história da humanidade. Por isso se destaca o apoio dos capitães da indústria 4.0, o capitalismo dos fundos de investimento e de plataformas.

Com toda a certeza os Brics estarão na mira. O crescimento da China, da Índia e do Brasil atrapalham essa equação. Não à toa o apoio sistemático à Javier Milei com a aplicação do receituário ultraliberal como uma espécie de experimento. Há, também, a busca por bodes expiatórios da degradação estadunidense afundada nas drogas ilícitas, nos sem residências e no encarceramento.

Hoje, praticamente 1% da população se encontra cumprindo pena por algum delito. Sem saída e incapaz de romper as amarras da ultra concentração de rendas e riquezas, a extrema direita elegeu os imigrantes como responsáveis pelas mazelas da nação.

A fuga para a cultura woke implementada por franjas do Partido Democrata com o apoio de parte da plutocracia fez água. Vide os resultados eleitorais.

Nós brasileiros temos que continuar trabalhando para o crescimento do país sem descuidar um minuto da disputa com o extremismo direitista. O embate permanente ganha novos contornos, mas, nada que possa nos tirar do rumo estabelecido nas eleições de 2022: unir e reconstruir o Brasil para continuarmos avançando.

A Luta continua! ■



Donald Trump faz juramento como 47º presidente dos EUA.

Reprodução/RSS

Extremismo, imperialismo e ameaças de guerra: uma nova era para os EUA de Trump

A posse do 47º presidente dos Estados Unidos foi marcada por um tom sombrio, alianças com bilionários das big techs e ameaças imperialistas que reacendem tensões internacionais

Redação Focus Brasil

O dia amanheceu frio em Washington, com termômetros marcando -8°C e sensação térmica de -11°C, no que se tornaria a posse presidencial mais gélida desde 1930. Ainda assim, o clima externo não foi suficiente para rivalizar com o ambiente carregado que marcou a cerimônia de posse de Donald Trump como o 47º presidente dos

Estados Unidos nesta segunda-feira (20).

Entre os detalhes que transformaram o evento em um espetáculo distópico estavam o traje austero de Melania Trump, cuja escolha fez surgir comparações com “O Conto da Aia”, e a presença de magnatas como Elon Musk, Mark Zuckerberg e Jeff Bezos, todos celebrando em meio a discursos de viés autoritário e promessas de uma política expansionista que reacendeu tensões internacionais.

Como observou James Green

em seu artigo nesta edição da Focus, um Trump menos atrapalhado e palhaço aparece desta vez, um Trump que “aprendeu” com os erros da primeira gestão e retorna mais preparado para atacar e cumprir seus planos, com uma equipe técnica motivada a cumprir seu projeto de poder.

Uma posse marcada por excessos e gestos obscuros

A cerimônia, realizada na Rotunda do Capitólio devido às bai-



xas temperaturas, reuniu não apenas políticos tradicionais, mas também figuras do mundo empresarial, sobretudo da elite bilionária das big techs. Elon Musk, futuro integrante do governo, protagonizou um momento controverso ao fazer uma saudação associada ao nazismo, que rapidamente viralizou e gerou condenações internacionais.

Enquanto assinava decretos que reforçam sua agenda de extrema direita, Trump acenava para os empresários que o apoiam sob o pretexto de “defesa da liberdade de expressão”. Musk, ao lado de Zuckerberg e Bezos, simbolizava a aliança entre política e capital, destacando a centralidade da elite econômica no governo que se inicia.

Discurso de posse

Seu discurso destacou a tese de que os EUA estão ameaçados por migrantes, especialmente da América Latina, e que os cidadãos foram “vítimas” da administração democrata. Trump acusou Biden de ser “incapaz” de lidar com crises internas, enquanto enfrenta

“catástrofes” internacionais.

Em um aceno à sua política anti-imigratória, Trump afirmou que a administração atual garante segurança a “criminosos perigosos” que entraram ilegalmente no país, incluindo ex-detentos e pacientes psiquiátricos.

“Temos um governo que financia a defesa fora do país, mas se recusa a proteger seus próprios cidadãos”, criticou, aludindo aos conflitos na Ucrânia e Israel sem mencioná-los diretamente.

Referindo-se ao atentado sofrido durante sua campanha, declarou: “Nos últimos oito anos, fui testado como nenhum outro presidente. Aqueles que tentaram interromper nossa causa quiseram tirar minha liberdade e minha vida.”

Trump também surpreendeu ao citar Martin Luther King em um apelo às comunidades negras e hispânicas: “Hoje é o dia de Martin Luther King e, em sua honra, vamos fazer seu sonho se tornar realidade.”

Seu discurso foi aplaudido, com exceção de Biden, Kamala, o casal Bush e o casal Clinton que

apenas assistiram. Kamala Harris levantou-se e foi seguida pelos demais quando Trump deu a entender que o acordo no Oriente Médio era um “reflexo” da sua volta à Casa Branca. O grupo voltou a sentar-se e levantou-se apenas para deixar a cerimônia.

A retórica imperialista toma forma

Em seu discurso, Trump não economizou no tom belicoso e expansionista. Entre as declarações mais polêmicas, prometeu “renomear o Golfo do México como Golfo da América” e retomou críticas ao controle do Canal do Panamá, sugerindo a intenção de “reassumir” o projeto. A presidente do México, Claudia Sheinbaum, ironizou a proposta, sugerindo que os Estados Unidos fossem rebatizados como “América Mexicana”.

Sobre a fronteira sul, Trump declarou estado de emergência para conter a imigração e prometeu deportar “milhões de criminosos estrangeiros”, reafirmando sua política anti-imigração. No mesmo tom, anunciou a intenção de plantar a bandeira americana



Reprodução

Michelle e Eduardo Bolsonaro, comitiva da oposição assistiu posse de Trump pela TV de hotel, pois não foram convidados para a cerimônia oficial. A situação virou meme nas redes sociais



Reprodução

em Marte, em um aceno à SpaceX de Musk, cuja recente explosão de um foguete parece não abalar o entusiasmo do magnata.

Cerimônia entre aliados e rivais

A solenidade contou com a presença de figuras como Joe Biden,

Kamala Harris e Barack Obama, que assistiram de forma protocolar, evitando aplausos. Do outro lado, estavam representantes da elite global e líderes empresariais, entusiasmados com as promessas de Trump. A ausência de Michelle Obama, que ainda não superou as mentiras dissemina-

das por Trump sobre Barack Obama, foi notada.

Em tom quase monárquico, Trump destacou o papel da “grandeza americana” e sugeriu que sua reeleição foi uma resposta divina à crise que, segundo ele, foi instaurada pelos democratas. “Nos últimos oito anos, fui testado como nenhum outro presidente”, afirmou, mencionando o atentado sofrido durante sua campanha como prova de sua resiliência.

Reações nacionais e internacionais

Líderes globais reagiram de forma mista à posse. Enquanto Vladimir Putin elogiou o tom pragmático de Trump em buscar diálogo com a Rússia, o presidente brasileiro, Lula, adotou uma postura diplomática, destacando a amizade histórica entre Brasil e EUA. Por outro lado, países como Panamá e México criticaram a retórica imperialista do novo governo americano.

No Brasil, parlamentares pevistas egressos do bolsonarismo que viajaram aos Estados Unidos para acompanhar a posse foram barrados na entrada do Capitólio, causando constrangimento. Gleisi Hoffmann ironizou o episódio, classificando-o como “um show de vira-latismo”.

Um novo capítulo de tensões globais

A posse de Donald Trump marcou o início de um mandato que promete intensificar as divisões internas e internacionais. Com um discurso repleto de ameaças veladas, acenos à extrema direita e promessas de uma agenda expansionista, o republicano demonstra que seu segundo mandato será, no mínimo, tão controverso quanto o primeiro. ■



As principais ações de Trump no primeiro dia de mandato

Retorno ao trabalho presencial, saída da OMS e retomada de políticas anti-imigração marcam o início do segundo mandato do republicano.

O presidente Donald Trump iniciou seu segundo mandato com uma série de ações executivas, anunciadas diante de milhares de apoiadores na Capital One Arena, em Washington, D.C., nesta segunda-feira

(20).

Com gestos teatrais e cercado de aliados, Trump reverteu medidas da administração Biden e reforçou o caráter conservador de seu governo. Ele assinou um total de 78 ordens e decretos, que abrangem temas como meio ambiente, imigração e liberdade de expressão.

Ações assinadas na Capital One Arena

Dentre as iniciativas apresentadas no evento, destacam-se:

- Congelamento regulatório: O presidente determinou a suspensão de novas regulamentações até que seus indicados assumam o controle total das agências gover-

namentais.

- Congelamento de contratações: Trump impôs um bloqueio temporário às contratações federais, exceto para militares e categorias essenciais, com o mesmo objetivo de centralizar o controle.

- Retorno ao trabalho presencial: Todos os trabalhadores federais foram convocados a retornar ao trabalho presencial em regime integral, com aplicação imediata.

- Custo de vida: Uma diretriz foi emitida para que todas as agências federais priorizem a resolução da crise do custo de vida no país.

- Saída do Acordo Climático de Paris: Trump oficializou novamente a retirada dos EUA do acordo, revertendo a reintegração feita por Biden. Ele também enviou uma carta às Nações Unidas explicando a decisão.

- Liberdade de expressão: Uma ordem orientou o governo federal a “restaurar” a liberdade de expressão e impedir censuras governamentais.

- Fim da perseguição política: Trump emitiu uma diretriz para evitar o uso de recursos do governo contra adversários políticos, em alusão às acusações enfrentadas por ele durante a gestão democrata.

Após finalizar as assinaturas, Trump jogou as canetas utilizadas para a multidão, em um gesto que arrancou aplausos e gritos entusiasmados.

Medidas assinadas no Salão Oval

Após o evento público, o presidente retornou à Casa Branca para mais ações executivas. Entre as mais controversas, estão:

- Perdões aos réus do 6 de janeiro: Trump concedeu perdão a mais de 1.500 pessoas envolvidas na invasão ao Capitólio em 2021, uma medida que cobre praticamente todos os acusados desde o episódio.

- Repressão à imigração: Ele assinou ordens que incluem a tentativa de encerrar a cidadania por nascimento, a designação de

cartéis de drogas como organizações terroristas e a declaração de emergência nacional na fronteira sul.

- Adaptação sobre o TikTok: O presidente adiou por 75 dias uma decisão sobre a proibição do aplicativo, sinalizando que a questão será revisitada em breve.

- Saída da OMS: Trump oficializou a retirada dos EUA da Organização Mundial da Saúde (OMS), cortando laços com a principal agência de saúde pública da ONU e reforçando o isolamento do país em questões globais de saúde.

Um começo polarizador

As medidas adotadas no primeiro dia de mandato reafirmam a agenda conservadora e o tom de confronto que marcaram o governo anterior. O foco em imigração, liberdade de expressão e política internacional indica que o segundo mandato de Trump será tão polêmico e divisivo quanto o primeiro. ■

Repercussão internacional: líderes comentam a posse de Donald Trump

Com discursos diversos, líderes mundiais reagiram à cerimônia de posse do republicano, que assume o segundo mandato como 47º presidente dos EUA

Redação Focus Brasil

Donald Trump foi empossado nesta segunda-feira (20) como 47º presidente dos Estados Unidos. A cerimônia no Capitólio atraiu atenção mundial, gerando reações variadas entre líderes internacionais. Confira as declarações:

Vladimir Putin — Rússia

O presidente russo elogiou

a intenção de Trump em restabelecer o diálogo com a Rússia. “Acolhemos o desejo de restaurar contatos diretos, interrompidos pela administração anterior. Esperamos um diálogo baseado na igualdade e no respeito mútuo, fundamental para questões globais como estabilidade estratégica e segurança.”

Volodymyr Zelensky — Ucrânia

No X, o presidente ucraniano destacou a política de “paz por meio da força” de Trump. “Essa

abordagem oferece uma oportunidade para uma paz duradoura e justa, que é nossa prioridade. Estamos prontos para uma cooperação ativa e mutuamente benéfica.”

Lula — Brasil

O presidente brasileiro ressaltou as relações históricas entre Brasil e EUA. “Nossos laços de cooperação em comércio, ciência, educação e cultura são marcados pelo respeito mútuo. Desejo um mandato exitoso a Trump, contribuindo para um mundo mais jus-



to e pacífico.”

José Raul Mulino — Panamá

O presidente panamenho rejeitou a fala de Trump sobre “retomar o controle do Canal do Panamá”. “O Canal pertence ao Panamá, e sua administração continuará sob nosso controle e neutralidade. Não aceitaremos interferências de outras nações.”

Claudia Sheinbaum Pardo — México

A presidente mexicana evitou comentar a declaração de emergência na fronteira sul dos EUA, mas reforçou o compromisso com diálogo e cooperação. “Como vizinhos e parceiros, o respeito e a cooperação são essenciais no nosso relacionamento.”

Justin Trudeau — Canadá

O primeiro-ministro canadense,

que renunciou recentemente, destacou a parceria econômica entre os países. Trudeau reagiu de forma diplomática à sugestão de Trump de anexar o Canadá como 51º estado.

Benjamin Netanyahu — Israel

O premiê israelense celebrou a posse de Trump e prometeu reforçar a aliança entre os países. “Vamos trabalhar juntos para elevar nossa parceria a níveis inéditos, enfrentando ameaças como o Irã e promovendo paz e prosperidade na região.”

Keir Starmer — Reino Unido

O primeiro-ministro britânico exaltou o “relacionamento especial” entre EUA e Reino Unido. “Juntos, enfrentaremos o terrorismo e garantiremos segurança

mútua. Quero encontrar Trump em breve para avançar nossa missão compartilhada de paz e prosperidade.”

Pedro Sánchez — Espanha

O premiê espanhol afirmou buscar fortalecer os laços estratégicos com os EUA. “Esperamos trabalhar com a nova administração para enfrentar desafios globais e aprofundar nossa relação estratégica.”

Andrzej Duda — Polônia

O presidente polonês enfatizou os valores compartilhados de liberdade e democracia. “Estou convencido de que este mandato fortalecerá nossos laços políticos, econômicos e de segurança.”

A posse de Trump reafirma seu papel polarizador no cenário internacional, suscitando expectativas de aliados e críticas de opositores. ■



Entenda o que está em jogo na parceria Meta e Trump

Dona do Instagram e Facebook retirou ferramenta de checagem de suas redes para atender aos anseios imperialistas do presidente estadunidense; especialista explica ponto a ponto a decisão

Henrique Nunes

Antes mesmo de tomar posse, ocorrida nesta segunda-feira (20), o presidente estadunidense Donald Trump já havia dado uma mostra de como será seu segundo mandato à frente da maior economia do mundo.

Além dos delírios imperialistas, como comprar a Groenlândia e anexar o Canadá, o mandatário ganhou um forte aliado para seguir como o porta-voz da extrema direita global e manter o controle da narrativa nas redes - isso sem ter de se preocupar se a informação é verdadeira ou não.

O mais novo cordeiro do exército trumpista é Mark Zuckerberg,

dono do Facebook, Instagram e Threads, que decidiu retirar a checagem de notícias falsas de suas redes com uma justificativa que beira o absurdo. Num dos trechos de seu pronunciamento, carregado de elogios ao republicano eleito, Zuckerberg disse que as agências de checagens são enviesadas e mais atrapalham do que ajudam. Nenhum especialista apareceu para concordar com ele.

Pelo contrário. Quem entende das ferramentas utilizadas pelas redes para conquistar audiência, o famoso algoritmo, tem mostrado enorme preocupação com os efeitos globais das chamadas fake news e suas consequências na disputa democrática de países como o Brasil, que já comprou a briga e cobra explicações da big tech.

É importante lembrar que as

mudanças ocorrem inicialmente somente nos Estados Unidos, mas tudo indica que as redes perderão a checagem gradualmente em todo o mundo.

A Revista Focus conversou com Veronyka Gimenes, travesti, hacker, fundadora da Código Não Binário, do Núcleo Digital e do Podcast Entre Amigues, que desenvolve plataformas digitais desde 2008 para saber o que de fato muda com as decisões da Meta.

“O anúncio inicial de Zuckerberg teve impacto global e criou um horizonte terrível, especialmente para grupos vulneráveis. No comunicado, o fundador da Meta claramente se posiciona contra judiciários e governos mais soberanos, como o brasileiro, que estão finalmente agindo para evitar o pior cenário causado

pelo potencial destrutivo desses algoritmos, especialmente após a pandemia. Embora o foco imediato da nova política seja fora do Brasil, a resposta da Meta à Advocacia Geral da União (AGU, que contou explicações da Meta) indica uma tentativa de conciliar os interesses globais da empresa e a governança local”, explicou.

Para Veronicka, essa implementação parcial pode ter sido apenas uma estratégia para ganhar tempo e reduzir o desgaste público, já que em todo o mundo, aumentaram as buscas sobre como desinstalar plataformas da Meta.

“A comunidade LGBTQIA + também reagiu fortemente à possibilidade de que a “política da comunidade” da Meta facilite mais ataques criminosos contra nós. A moderação já funciona muito mal: grupos vulnerabilizados continuam sendo amplamente atacados, e o discurso de ódio circula livremente - documentos internos vazados no Facebook Papers indicaram que a inteligência artificial da Meta detecta e remove menos de 5% das publicações contendo discurso de ódio na plataforma Facebook, por exemplo”.

A especialista acredita, ainda, que recomendação de conteúdo político (que havia sido barrada no ano passado) e a flexibilização no combate ao discurso de ódio já chegaram ao algoritmo brasileiro e pode ter influenciado o enorme alcance da campanha mentirosa sobre uma suposta taxaçoão do PIX nos últimos dias, que gerou o recuo do governo federal.

Muito além da checagem

Quem estuda colonialismo, especialmente o digital, sabe que o problema vai além. “Essas plataformas funcionam dentro de um modelo extrativista, que explora pessoas, dados e economias locais. Tem função geopolítica e

ideológica. Não por acaso nesse exato momento os EUA estão banindo o TikTok (chinês) de seu território. Compreender essas dinâmicas é essencial para enfrentar os desafios que ela impõe.

O que a empresa ganha com isso?

Notícias falsas, desinformação e discurso de ódio geram ganhos financeiros para empresas como a Meta e seus investidores. Isso é comprovado pelos Facebook Papers, vazamento que mostrou os bastidores da empresa.

“O algoritmo da plataforma amplifica conteúdos polêmicos, incluindo discursos de ódio, para aumentar engajamento. E conteúdos conservadores carregam um viés ideológico alinhado com privilégios de classe, raça e gênero, e esses privilégios se traduzem em mais recursos financeiros para publicidade e promoção de conteúdos. Isso cria uma desigualdade de alcance.

Um exemplo próximo é o Brasil Paralelo no YouTube, que, com uma produção altamente profissionalizada e financiamento direcionado, consegue ocupar espaços desproporcionais na plataforma, promovendo narrativas que reforçam valores conservadores”, esclarece Veronika.

Além disso, prossegue ele, desativar iniciativas como checagem de fatos e moderação reduz custos operacionais significativos, eliminando a necessidade de equipes especializadas. “A mudança recente da Meta, que transferiu parte de suas operações da Califórnia para o Texas – um estado mais conservador –, é emblemática desse movimento.

Contudo, é fundamental entender, nesse momento de declarações como “é preciso mais energia masculina nas empresas” como o Zuckerberg deu, que há outros tipos de ganhos, que o capi-

talismo não é um sistema isolado; ele se sustenta de outras estruturas sociais, como o patriarcado, a branquitude e as normas de gênero e sexualidade. As recentes mudanças nas plataformas refletem a defesa dessas bases estruturais”.

Outra prova da estratégia da Meta é o abandono de programas de diversidade e inclusão pelas grandes empresas não é um desvio, uma anomalia, mas uma reafirmação dos valores que sustentam essas corporações. “Como o próprio Zuckerberg disse, um “retorno às raízes”. Só que não é um retorno somente às raízes da empresa em si”.

Saída do armário

Para Veronicka, os movimentos recentes com foco em figuras como Zuckerberg ou Elon Musk, o é uma “saída do armário” ideológica dessas pessoas, desses homens cisgênero, que por serem super poderosos e concentrarem muito poder, acabam por impactar o rumo das mega corporações que dirigem e conseqüentemente as vias de comunicação de bilhões de pessoas consumidoras de seus serviços e produtos.

“Esses homens estão se identificando mais abertamente com o conservadorismo, extremismo e a masculinidade hegemônica. Se sentem autorizadas por movimentos como a eleição do Trump. Um ex-advogado da Meta inclusive falou recentemente logo após abandonar o cliente que Zuckerberg parece estar sofrendo uma “crise de meia idade” ao se render a “masculinidade tóxica e a loucura neonazista”.”.

Como se preparar para o fim da checagem

Crises como essa frequentemente geram debates na esquerda sobre abandonar as redes sociais, seguidos pela dúvida de como nos comunicar com a população. Esse

curto-circuito precisa ser superado.

É o que pensa Veronicka. “Em nosso trabalho na Código Não Binário e no Entre Amigues, temos procurado aumentar as vozes dissidentes desses sistemas todos e a sua influência online, inclusive usando as redes sociais da Big Tech, que é onde todo o mundo está - já que eles compraram e privatizaram todos nossos principais territórios digitais e nos viciaram em seus algoritmos”, esclarece.

Para a hacker é importante também continuar trabalhando, como ela própria tem feito no Núcleo Digital desde 2008, na criação de plataformas alternativas, que sejam livres, abertas, descentralizadas, cooperativas, públicas.

“Se organizar em coletivos, setoriais de partidos (PSOL e PT possuem grupos ativos), movimentos de direitos humanos, digitais, de defesa da pessoa consumidora, coalizões (como a Coalizão Direitos na Rede), também é muito importante nesse momento (...) É hora de pensar em software público, livre e aberto, como respos-

ta aos modelos corporativos que priorizam o lucro em detrimento de valores democráticos.

Big Techs com diversidade

Ampliar a presença de pessoas diversas (em classe, raça, gênero, neurodivergência, deficiência, etc.) nas Big Techs pode ser um caminho importante para a contenção de danos, segundo Veronicka.

“Um exemplo disso é o CEO da Apple, cuja orientação sexual (gay) contribuiu para conter parte da recente onda de ataques à diversidade, recusando mudanças nesse sentido na empresa. Outro exemplo foi o protesto de pessoas programadoras do Google, se rebelando contra o Projeto Nimbus e seu contrato com Israel”.

Notas da comunidade funcionam?

Quando anunciou o fim da checagem em suas redes, a Meta explicou que a ferramenta “notas da comunidade” cumprirá esse pa-

pel. A hacker discorda. “É importante escapar da falsa dicotomia, do falso binário, que a Meta nos coloca com o “sai a checagem de fatos e entram as notas da comunidade”. Esse é um falso dilema. Precisamos de uma abordagem que inclua múltiplos recursos para combater desinformação e discursos de ódio. Embora as notas da comunidade possam parecer uma solução democrática, estudos mostram que elas não são eficazes em combater a desinformação em larga escala”.

A solução, prossegue, é que a checagem de fatos seja mantida e expandida. “Como está hoje parece ser algo implementado para cumprir exigências legais, e não um esforço genuíno para corrigir o rumo da plataforma. No final das contas, o problema é o conflito entre essas iniciativas e o modelo de negócio e a ideologia da empresa e das pessoas, que são intrinsecamente incompatíveis com o combate efetivo à desinformação e ao discurso de ódio”. ■



Quem é Veronicka Gimenes

Veronicka Gimenes é travesti, não binária e hacker. Especialista em Tecnologia, Software, Política e Diversidade. Atua no front contra a extrema-direita e colonialismo com comunicação popular digital (ex. Memes) alcançando milhões de pessoas por mês. É da Setorial de Tecnologia do PSOL, que ajudou a fundar. Participou das principais eleições desde 2012, como as de Haddad, Boulos e Lula.

Fundou coletivos como a Casa de Cultura Digital de Porto Alegre, o Núcleo Digital e Código Não Binário. No Núcleo, desenvolve desde 2008 tecnologias para o setor público e terceiro setor como a plataforma GestãoUrbanaSP da Prefeitura de São Paulo. Na Código, desde 2022, faz tecnologias LGBTQIA+ como o podcast que é âncora, o Entre Amigues. Já foi premiada pelo World Summit Award, Projeto Covid19 Adesampa e ONU Habitat. ■



Quais são as intenções do Presidente Trump?

Trump não esperava vencer as eleições de 2016 e estava totalmente despreparado para governar. Ele aprendeu do seu primeiro mandato. Os novos ministros propostos parecem decididos a cumprir seu programa

James N. Green

Durante a campanha eleitoral para presidência Donald Trump fez uma série de promessas populistas de direita tais como expulsar milhões de imigrantes não documentados, realizar grandes cortes de impostos, conter a inflação e reafirmar o poder dos EUA no exterior. Trump apresentou o resultado eleitoral como uma “vitória esmagadora”, embora a diferença entre seus votos e os de Kamala Harris tenha sido de apenas 1,6% do total. Também é importante destacar que foi pequena a vantagem de votos nos sete estados para o Colégio Eleitoral.

Desde sua eleição, analistas políticos debatem por que ele venceu. Foi devido ao aumento dos preços dos alimentos no governo Biden? Ou foi o racismo e a misoginia embutidos na sociedade americana, que não conseguia aceitar a possibilidade de eleger uma mulher negra. Ou simplesmente uma mudança conservadora para a direita, entre grandes setores da classe trabalhadora majoritariamente branca? A lista de possíveis razões é bem longa.

No entanto, não há dúvida de que Trump consolidou uma base de apoio entre pessoas frustradas porque suas vidas não parecem ter melhorado significativamente nas últimas décadas, enquanto o fosso entre ricos e pobres é maior do que nunca. Utilizando notícias falsas e desinformação, ele mobilizou eleitores, direcionando sua frustração, raiva e ressentimento, proferindo discursos de ódio con-

tra um conjunto de “outros”: imigrantes, pessoas de cor que se beneficiaram de programas de ação afirmativa, pessoas trans e universidades liberais, entre outros.

Independentemente do que ele diga em seu discurso de posse ou nas dezenas de ordens executivas que ele assinou horas depois de se tornar presidente, até que ponto ele realmente cumprirá suas promessas eleitorais? Os ideólogos extremistas de direita em seu governo realizarão a deportação de 11 milhões de imigrantes sem documentos como ele prometeu, ou Trump apenas anunciará algumas medidas dramáticas, como seu famoso muro na fronteira, que nunca serão totalmente implementadas?

Sobre a inflação, ele já admitiu em uma entrevista à revista *Time*: “Eu gostaria de reduzi-los [os preços]. É difícil reduzir as coisas depois que elas aumentam. Você sabe, é muito difícil”. Economistas apontam que se ele realizar deportações em massa, haverá uma crise na produção de alimentos por causa da falta de mão de obra agrícola de trabalhadores, em sua maioria, sem documentos, o que alimentará a inflação.

Isso vale para sua promessa de implementar tarifas sobre produtos importados, o que também aumentará os preços. Se a situação econômica piorar nos próximos dois anos, corroerá o apoio de sua base? Ou estas pessoas continuarão a apoiá-lo? Trump está apenas fazendo muito barulho para agradar sua base, mas na prática recuará para posições menos radicais?

Trump não esperava vencer as eleições de 2016 e estava totalmente despreparado para governar. Ele aprendeu do seu primei-

ro mandato. Os novos ministros propostos parecem decididos a cumprir seu programa. Eles serão apoiados por bilionários e pelos barões do Vale do Silício das mídias sociais. Estes estão interessados em grandes cortes de impostos para os ricos, uma internet descontrolada para espalhar suas notícias falsas, a desregulação do controle sobre as grandes empresas e outras medidas que aumentarão as suas riquezas. Trump também prometeu usar o Departamento de Justiça para perseguir seus inimigos e selecionou pessoas que estão dispostas a usar o governo para minar o Estado de Direito.

É possível que também haja muitos resultados negativos possíveis para o Brasil. Um aumento nas tarifas prejudicará o comércio com o segundo maior parceiro comercial do Brasil, especialmente no setor de agronegócio. O aliado de Trump, Elon Musk, tem uma vingança pessoal contra Alexandre de Moraes por sua campanha contra notícias falsas e possivelmente vai convencer Trump de usar o poder do Estado contra o Brasil para este fim. A extrema direita, liderada por Eduardo Bolsonaro, lançou uma campanha internacional nos Estados Unidos e na Europa alegando que o Brasil é uma ditadura autoritária, uma acusação planejada para isolar o governo de Lula internacionalmente.

Quer ele cumpra totalmente as suas promessas eleitorais ou tenha que recuar, sua eleição é uma ameaça à democracia nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo. ■

James N. Green é professor titular emérito da Brown University e Presidente do Washington Brazil Office.

De acordo com levantamento da UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, em 2021, cerca de 33% dos adolescentes utilizam as redes de maneira considerada problemática.

Brain rot: o que explica o emburrecimento do nosso cérebro?

Fenômeno é descrito após consumo excessivo de conteúdos efêmeros nas redes sociais

Claudia Rocha

A velha conhecida sensação de falta de concentração e um cansaço crônico, sintomas apontados como comuns entre os usuários hiperconectados de redes sociais, ganharam um novo aliado: o brain rot. Elei-

ta a palavra do ano de 2024 pela equipe do Oxford English Dictionary, a expressão “brain rot” teve mais de 37 mil votos do público ao redor do mundo e é utilizada principalmente pelas gerações Z (jovens nascidos entre 1995 e 2010) e Alpha (os adolescentes).

O termo tenta traduzir uma sensação que vai além daquele sentimento conhecido de vazio após a rolagem do feed com fotos

e vídeos das viagens e jantares de conhecidos, conteúdos comuns em redes como o Instagram. O brain rot trata de um suposto “apodrecimento do cérebro” pelo uso excessivo de conteúdos considerados banais ou fúteis como, por exemplo, memes, dancinhas de influenciadores, receitas rápidas de aperitivos ou reviews de produtos, dando a entender que há uma deterioração mental ou intelectual após as horas gastas nessa rolagem infinita das redes, principalmente do Tik Tok.

De acordo com o Relatório Digital 2024, publicado pelas agências We Are Social e Meltwater, o brasileiro passa em média 9 horas e 13 minutos conectado à internet, sendo o total de 5 horas dedicadas ao uso em redes sociais nos smartphones. O país apresenta a segunda média no ranking global, perdendo somente por alguns minutos para a África do Sul, com 9 horas e 24 minutos.

Doutor em psicologia clínica pela Universidade de São Paulo e membro do Instituto Vox de

Pesquisa e Psicanálise, Cláudio Akimoto é um dos autores, com Leonardo Goldberg, do livro “O sujeito na Era Digital” (Edições 70). O psicanalista lembra que não é incomum o fato de que as novidades tecnológicas despertem mudanças de comportamento, mas aponta ser importante ponderar que as redes sociais utilizam gatilhos emocionais.

“O algoritmo devora os nossos dados para saber como é que ele fisga a gente. O conteúdo não pode ser algo que faz a pessoa pensar, ele precisa apelar para o lado emocional. Os algoritmos aprenderam a disparar nossos gatilhos emocionais. As empresas de tecnologia aprenderam muito bem que, para prender alguém, isso acontece por medo, raiva, nojo, coisas bonitinhas. O emocional extremo captura”, diz Akimoto.

Jovens menos expansivos

De acordo com levantamento da UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, em 2021, cerca de 33% dos adolescentes utilizam as redes de maneira considerada problemática.

Com foco em atendimentos ao público jovem, Cláudio Akimoto comenta os principais sintomas do uso excessivo de conteúdos aleatórios, além dos jogos online: “as principais queixas são perda de foco, dificuldade de concentração, dificuldade para dormir, problemas com a interação social como falar em público e uma preocupação constante, um medo constante - medo do futuro, medo de que o mundo vai acabar - e um sentimento forte de desesperança”, aponta.

O psicanalista explica que “isso é um diferencial porque outras gerações de adolescentes tinham uma revolta mais ativa, mais explosiva, hoje vemos os jovens ‘explodindo para dentro’, mais



Peter Scheiber/Stock

Eleita a palavra do ano de 2024 pela equipe do Oxford English Dictionary, a expressão “brain rot” é um fenômeno causado por consumo excessivo de conteúdos vagos nas redes

apagados, parece que eles estão sumindo, é uma revolta voltada para dentro, isso é difícil de manejar”, afirma Akimoto.

Os efeitos no cérebro

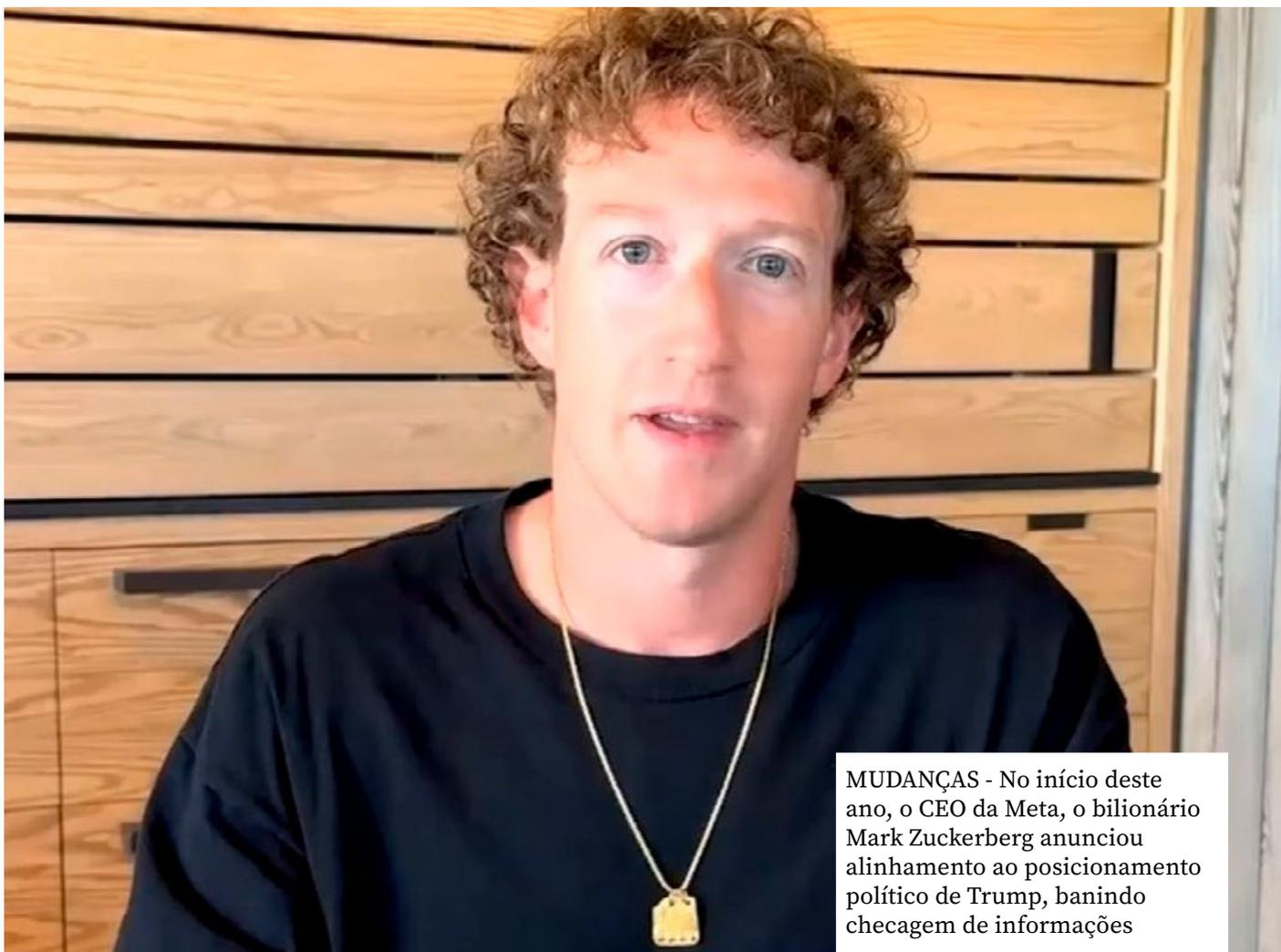
Segundo Aderbal Vieira Júnior, médico coordenador do Proad, o Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes, da Unifesp, ainda não há indícios científicos que apontem para um resultado de demência ou dano cerebral relacionado ao uso dos dispositivos. “O que acontece é um processo que podemos chamar de ‘emburramento’, estamos alimentando nosso cérebro com isopor”, na opinião do psiquiatra.

“Nossa experiência com a internet tornou a interação muito imediatista e superficial, fomos nos acostumando com essa nova linguagem, mas isso não se traduz em algum tipo de dano cerebral. O maquinário, o hardware do cérebro, continua bom, mas provavelmente o software que está rodando é muito ruim, cada vez mais empobrecido, é como se tivéssemos uma máquina potente que usamos para jogar tetris”, explica Aderbal Vieira Júnior.

Especialista no comportamento de vícios, o professor do Departamento de Psiquiatria da Unifesp destaca que, conforme a internet foi se popularizando, havia como critério de dependência o componente do uso excessivo, mas que agora a tendência é entender melhor quais são os tipos de uso da ferramenta, já que o mais comum é que as pessoas estejam conectadas permanentemente, desde o momento em que acordam até a hora de dormir.

“Existe o dependente aplicado, aquele que vai em busca de elementos que viciam, como é o caso dos jogos; e hoje em dia, estamos falando daqueles do Tigrinho”, diz o médico.

Aderbal Vieira Júnior comenta sobre o processo de rompimento de um vício. “Tratando dependência há muitos anos percebo que as pessoas entendem que o maior desafio é fazer a pessoa parar de usar, esse primeiro corte, seja de redes sociais, jogos ou algum tipo de droga, mas a verdade é que a natureza abomina o vácuo, o pulo do gato está aí, no que fazer depois para preencher esse campo, promover a abstinência não é a parte mais difícil”. ■



MUDANÇAS - No início deste ano, o CEO da Meta, o bilionário Mark Zuckerberg anunciou alinhamento ao posicionamento político de Trump, banindo checagem de informações

Caminhos para resistência

Em 2023, a União Europeia propôs uma série de requisitos a serem cumpridos pelas principais plataformas com o objetivo de regulamentar diversas questões relacionadas aos mecanismos de uso, entre elas os algoritmos. Com as mudanças, a ideia era que os usuários tivessem mais autonomia e pudessem entender melhor a recomendação de conteúdos, em especial de anúncios. A partir da iniciativa da UE, em 2024, a Meta foi obrigada a revelar 22 pontos de funcionamento dos algoritmos de suas redes.

Após as declarações de Mark Zuckerberg em direção ao afrou-

xamento da moderação de discursos de ódio e do aumento do conteúdo político nas redes da empresa, os governos do bloco europeu e da América Latina, principalmente o brasileiro, estão dialogando constantemente sobre o assunto.

Na última quarta-feira (15), o presidente Lula conversou com o presidente do Conselho Europeu, António Costa. A nota do Planalto afirma que o debate sobre a regulamentação das big techs deve ocorrer em um evento entre o Brasil e a UE em Bruxelas, na Bélgica, entre os dias 13 e 14 de fevereiro.

Enquanto o caminho de resistência individual aos malefícios do uso das redes sociais aborda

técnicas de detox como desabilitar as notificações no celular e o hábito de fazer uma higiene do sono longe das telas, a resistência coletiva acaba ligada ao combate aos efeitos nocivos como é o caso de crescimento da onda de fake news, um fenômeno relativamente recente e ainda sem resposta.

Apesar disso, o psicanalista Cláudio Akimoto alerta que “é possível tranquilamente destruir a mente de um adolescente sem nenhuma informação falsa. Se tirarmos as fake news, isso vai acabar com o brain rot? Não vai. Tem gente que tem um feed só com vídeo de gatinho e dobradura e aquilo destrói a cabeça da pessoa do mesmo jeito. Então o difícil é saber: onde é que a gente tem que mexer?” ■



O Brasil é o sexto país em incidência de diabetes no mundo e o primeiro na América Latina

“Não é político, mas técnico”: Saúde explica veto a PL que equipara portadores de Diabetes tipo 1 a PCD

Projeto de autoria de deputada de Goiás foi vetado pela presidência, oposição ameaça derrubar o veto

Fernanda Otero

O projeto de lei que equipara a Diabetes tipo 1 a uma deficiência foi vetado totalmente pelo governo após análise dos ministérios da Fazenda; do Planejamento e Orçamento; da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e da Saúde; além da Advocacia-Geral da União (AGU).

Na justificativa, o governo explica que “apesar da boa intenção

do legislador, a proposição legislativa viola a Constituição, por contrariar a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que possui status de emenda constitucional e reconhece que a deficiência resulta da interação entre a pessoa e as barreiras sociais, e não de uma condição médica específica”.

Outro argumento apresentado pela presidência é que “a proposição contraria o interesse público ao classificar o diabetes mellitus tipo 1 como deficiência sem considerar a avaliação biopsicossocial, que percebe os impedimentos da

pessoa em interação com o meio, em conflito com a Convenção Internacional supracitada”.

Vetos presidenciais são necessários quando a matéria é considerada contrária ao interesse público; jurídico, se entendida como inconstitucional; ou por ambos os motivos – inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

Análise do Ministério da Saúde

Para Aristides Vitorino de Oliveira Neto, Diretor do Departamento



Aristides Vitorino de Oliveira Neto, Diretor do Departamento de Atenção Especializada e Temática - DAET da Secretaria de Atenção Especializada do Ministério da Saúde

mento de Atenção Especializada e Temática - DAET da Secretaria de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, a principal motivação é baseada na própria legislação, já que a lei 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece como deve ser feita a classificação da deficiência.

O diretor explica que “na classificação do que deve ou não ser considerado deficiência, deve-se levar em conta um impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

A Lei estabelece que a definição de deficiência não se restringe ao Código Internacional de Doenças, o CID. No entendimento da diretoria, “não se deve classificar uma pessoa com deficiência apenas com base na patologia que ela possui. Por exemplo, se a pessoa tem diabetes, não se pode afirmar automaticamente que ela é uma pessoa com deficiência. O mesmo se aplica a outros casos, como câncer. A análise da deficiência deve considerar as questões que

estão previstas na própria lei”.

“Não há motivação política nesse debate; foi uma discussão técnica”, reforça Oliveira Neto. Eliminando qualquer possibilidade de que a diabetes seja classificada como deficiência, ele ressalta que “a classificação de deficiência é uma questão de conceito que está consolidada na legislação vigente, e, portanto, não podemos categorizar a diabetes como uma deficiência neste contexto segundo a legislação atual, isso não é viável, a não ser que a lei seja modificada”, conclui.

Deputados de oposição alinhados com associações de pessoas com diabetes prometem mobilização para derrubar o veto presidencial. Em seu perfil no Instagram, o Instituto Diabetes Brasil está realizando uma campanha pela derrubada do veto ao PL 2.687/22 argumentando que o projeto “reconhece o diabetes tipo 1 como uma deficiência, garantindo proteção legal, e obriga o governo a criar uma parcela de vagas específicas em concursos públicos” e “representa um avanço importante para pessoas com diabetes tipo 1”. Os posts são compartilhados por deputados de oposição, promovendo um certo volume de tráfico e apoio de pessoas que vivem com a doença. ■

O que é a Diabetes tipo 1

A diabetes tipo 1 é uma doença crônica caracterizada pela falta de produção de insulina pelo pâncreas, o que resulta em níveis elevados de glicose no sangue. Ao contrário da diabetes tipo 2, que está frequentemente associada a fatores de estilo de vida, a diabetes tipo 1 é uma condição autoimune, na qual o sistema imunológico do corpo ataca e destrói as células beta produtoras de insulina no pâncreas.

A incidência da diabetes tipo 1 no Brasil tem apresentado um crescimento, especialmente entre crianças e adolescentes. Estudos indicam que o diagnóstico de novos casos tem aumentado cerca de 3% anualmente, alinhado com tendências observadas em outros países.

Fatores genéticos desempenham um papel importante na predisposição para a doença, mas fatores ambientais, como infecções virais ou a introdução tardia de alimentos complementares na infância, também são considerados possíveis gatilhos. De acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes, existem atualmente, no Brasil, mais de 13 milhões de pessoas vivendo com a doença, o que representa 6,9% da população nacional.

A melhor forma de prevenir é praticando atividades físicas regularmente, mantendo uma alimentação saudável e evitando consumo de álcool, tabaco e outras drogas. ■

“A sociedade está tensionando do conservadorismo para o radicalismo da extrema direita”

Dusilek alerta para os riscos do avanço de pautas como o homeschooling e a imposição de literatura cristã nas escolas, temas centrais do Congresso do Legado Cristão. Apesar das preocupações, Dusilek oferece uma visão otimista, lembrando que, na narrativa bíblica, sempre há um remanescente que renova a esperança em tempos desafiadores

Fernanda Otero

O pastor progressista Sergio Dusilek, uma das lideranças da Igreja Batista Marapendi, no Rio de Janeiro, levanta questões importantes sobre os debates do Congresso do Legado Cristão. O evento, realizado no Memorial da América Latina, em São Paulo, abordou temas como “o papel da família, a essên-

cia da educação e o significado da liberdade sob a perspectiva cristã”. Durante dois dias, centenas de participantes, entre autoridades, empreendedores e cidadãos, discutiram como essas questões moldam a atuação do cristianismo na sociedade.

Organizado com o propósito de “avançar o reino” e com entrada gratuita, o congresso contou com o apoio de parceiros como a Câmara Municipal de São Paulo, Faedusp (Famílias

Educadoras do Estado de São Paulo), SIMEDUC (Homeschooling Sem Medo) e o Ministério Ler.

Para Dusilek, o avanço de pautas como o homeschooling e a introdução de uma “literatura cristã” nas escolas são os maiores motivos de preocupação. “O papel da mãe no homeschooling e a ideia de impor uma literatura cristã nas escolas são questões que precisam ser amplamente debatidas”, afirma o pastor, que é pós-graduado em História da Filosofia e possui



Mestrado e Doutorado em Ciência da Religião.

Apesar das preocupações, Dusilek mantém uma mensagem de esperança. Para ele, “na narrativa bíblica, sempre há um remanescente que faz florescer um novo tempo”.

Confira a entrevista completa do Pastor Sergio Dusilek à Focus, onde o entrevistado aborda suas perspectivas sobre os desafios e possibilidades do cristianismo.

- Vimos uma comitiva de deputados, comparecendo à posse de Donald Trump, gostaria de iniciar essa conversa pela “representação da Bíblia na Câmara” e em outros espaços de poder, porque essa contaminação da extrema-direita?

- Bom, eu acho que isso é fruto de um projeto de poder. O que estamos vendo é a expansão de um ideário e de uma ideologia que alguns chamam de nacionalismo cristão, outros resgatam a ideia de fascismo, outros de populismo cristão. Seja qual for a nomenclatura usada, esse formato ideológico está fazendo uma sementeira e, ao mesmo tempo, tendo algum tipo

“Boa parte do que aconteceu e acontece aqui no meio evangélico é um eco dos Estados Unidos”

de colheita. Eles surfam numa espécie de desencanto com a democracia, que (Gilles) Lipovetsky já havia men-

cionado, oferecendo soluções simplistas para problemas macro, o que sabemos que não se aplica. Mas essa tentativa de colocar soluções simplistas tem um grande apelo e, ao mesmo tempo, um grau de radicalização, deslocando os problemas para aquilo que não é problema. Então, se há uma questão de empregabilidade nos Estados Unidos, por exemplo, isso não se deve aos imigrantes, que normalmente estão em subempregos. Quando Trump diz que aqueles que migram são criminosos, os Estados Unidos não vão ser a grande cadeia dos presidiários da América Latina; ao jogar o foco nisso, desvia uma questão de um problema estrutural na economia americana, atribuindo esse problema a quem não tem culpa. Mas a extrema direita faz isso porque tem um certo apelo e, logicamente, quando você localiza um inimigo, sociologicamente, regimenta uma turba para lutar contra esse inimigo. Essa ideia de fulanizar os inimigos é uma forma de ganhar apoio e também fomenta esse tipo de luta. E aí, o que acontece? No Brasil, temos esse eco americano, especialmente pela vinculação dos

evangélicos do Brasil com os Estados Unidos. Boa parte do que aconteceu e acontece aqui no meio evangélico é um eco dos Estados Unidos. Por exemplo, temos algo chamado Vento de Doutrina, que é uma prática sem lastro na Bíblia, mas feita em algum lugar. Não sei se você sabia disso, mas no início dos anos 90, no Brasil, teve o vento de doutrina chamado Dente de Ouro, onde nos cultos, o pastor orava e dizia para abrir a boca e ver se aparece um dente de ouro. É nesse nível de ridículo, porque o Vento de Doutrina é ridículo. E as pessoas seguiam isso. Onde começa isso? Nos Estados Unidos. A teologia da prosperidade, onde começa? Nos Estados Unidos e ecoa aqui. Essa caixa de eco e ressonância do movimento evangélico brasileiro em relação aos Estados Unidos faz com que iniciativas de lá acabem refletindo aqui. A diferença é que, por conta de outros interesses, como vimos na Bolívia com a ação do Elon Musk, essa abrangência ganhou mais espaço em outros países da América Latina. Notadamente, são países onde também está crescendo o número de evangélicos. Então, novamente, é a forma ideal para a entrada. E, além de ser eco, tem um investimento estadunidense, investimento financeiro, nessa promoção de uma pregação fundamentalista. Então, isso também é um reforço a esse processo todo. Por isso que a sociedade está tensionando do conservadorismo para o radicalismo da extrema direita, ou do conservadorismo para o fundamentalismo. Todo fundamentalista é conservador, mas nem todo conservador é fundamentalista. Sim. Então, a sociedade tende a estar sendo tensionada e tracionada para o radicalismo por conta desse tipo de investimento que aumentou muito aqui no país, no Brasil especificamente, a partir dos anos 2000. Sempre teve, mas a partir dos anos 2000 foi uma coisa mais avassaladora. E hoje está espalhado. E essa turma aí incorpora o discurso, mas eles não incorporam a prática. Sim. Não passariam no teste como um evangélico clássico, por-

que o modo de vida deles desdiz o que é um evangélico. Por exemplo, o senador Flávio Bolsonaro, ele é um cara que frequenta o Sambódromo no carnaval. Um evangélico clássico, uma igreja evangélica, uma Assembleia de Deus, por exemplo, uma igreja mais tradicional, não aceita isso. Então, ele está lá com aquele cigarro eletrônico, dando baforada em pleno carnaval carioca. As pessoas, os evangélicos, não aceitam isso. Então, veja, mas ele incorpora o discurso, ele batiza, mostra o batismo, publiciza o batismo, as-

“No Rio de Janeiro, por exemplo, há uma profusão de Christian Schools com ensino bilíngue”

sim como os demais para criar um elo de identificação, ainda que não seja um elo de alma, é só um elo estético ou um elo da foto, um elo instangramável, vamos dizer assim.

- Sobre o Congresso do Legado Cristão que aconteceu no Memorial da América Latina, um encontro de evangélicos sem taxa de inscrição, chama a atenção os temas do congresso “família, educação e liberdade”. Qual é o paralelo que a gente poderia fazer do com o “tradição, família e propriedade”? Como o senhor vê esse evento, e principalmen-

te as ideias que eles estão trazendo com relação ao homeschooling?

- Esse evento é assustador, não é? Mas ele não é o pior deles, dentro do que está acontecendo. O nosso problema hoje, eu tenho falado isso e vou repetir, não se trata de um cupinzeiro, é de um cupinzal. Eles se conectam entre si. Então, você tem, por exemplo, ali, entre os preletores, gente que faz parte da Coalizão Conservadora Evangélica, que é uma organização que procura articular a propagação do fundamentalismo evangélico no Brasil. Você tem ali gente que participa de eventos e coordena eventos da chamada Editora Fiel, que só publica tradução e autores nacionais, poucos, mas a maior parte é tradução de autores fundamentalistas, e que realiza congressos para pastores que vão aos seus encontros para ouvir doutrinação fundamentalista. Então, assim, você tem ali, por exemplo, uma preleitora nesse Legado Cristão que é esse congresso de São Paulo, que ela tem uma ligação com um movimento muito grande entre os jovens chamado Descende, que reúne, veja, eles fizeram três encontros, um em São Paulo, se não me engano, no Morumbi, no estádio de futebol, lotado. Outro encontro foi feito, acho que aqui no Rio de Janeiro, me parece que foi no Maracanã, e o terceiro no Mané Garrincha, em Brasília. E quem são as pessoas que falam desses encontros? Quem falou, quem tem a palavra foram esses pregadores fundamentalistas, os líderes do encontro, Bolsonaro, Silas Malafaia e mais alguns outros. Nós temos aí nesse encontro do Legado, um procurador da república. Nós tivemos um encontro em 2022, que é uma associação de empresários evangélicos, de evangelização de empresários evangélicos. Em 2022, o tema era domínio do sistema. E entre os pregadores estava o procurador-geral da república, Augusto Aras, estava a senadora Damares, ou a candidata ao senado Damares, a ministra Damares, no caso, e mais algumas figuras da república. Então, veja, eles transitam, eles estão articulados.



Reprodução

Não existe o legado cristão, é um segmento, é uma reta sozinha, para uma linha. Aí você tem a Fiel fazendo uma outra reta para outra linha, e todas as vezes apontando para o fundamentalismo. Eles estão articulados. Então, é o cumpisal, não o cumpiseiro, que é o mais grave.

- Quando falamos de educação oferecida pelos pais, estamos falando de sobrecarregar as mães, né?

- Pelo menos duas das organizações que apoiam o congresso são de homeschooling. E um dos temas que eles trouxeram de 2018 para cá foi o homeschooling, o papel da mãe do homeschooling. Meu Deus, são movimentos que são preocupantes. A segunda coisa que preocupa é a ideia de literatura cristã nas escolas. Eles querem colocar uma literatura cristã... E veja, tem autores cristãos que são muito bons. Mas não é porque ele é cristão que tem que ser lido. Ele tem que ser bom para ser lido. Se tiver um autor cristão na qualidade de Machado de Assis, merece ser lido. Mas não é porque ele é cristão que tem que ser lido.

- É aquela história, não é por que é mulher que precisa ocupar um es-

paço. Eu preferia não ter a Damares como senadora, por exemplo.

- É mais ou menos isso, entendeu? Eles estão forçando esse tipo de coisa através de pressão nos conselhos de educação dos municípios. A ideia é articular os pais crentes para poder fazer com que as escolas adotem literatura cristã, reconhecidamente cristã. Há não muito tempo atrás, mais ou menos um ano, um ano e meio atrás, um cartunista chamado Guilherme Infante, ele faz O Capirotinho, um rapaz muito talentoso e o cartoon dele é muito engraçado, muito bem feito. E o Capirotinho foi chamado para uma prefeitura de Minas Gerais, no interior de Minas, para ensinar, dar uma oficina de HQs, de como fazer os desenhos, como é que ele faz, como as crianças podiam desenvolver isso. Os pais souberam que era o cartoonista do Capirotinho que tem uma mensagem cristã, porque O Capirotinho se revolta. Não é contra as pautas... O Capirotinho, por vezes, tem a fala de Jesus espelhada. Mas sim, os pais se revoltaram porque era o Capirotinho, porque iria satanizar as crianças. Fizeram um movimento, pressionaram a Secretaria da Educação daquela cidade, no interior de Minas, e o cara estava em um ônibus indo para a ci-

dade e veio o recado dizendo que eles não iam mais contar com ele.

Sim. Então, essa pressão e articulação já estão acontecendo, inclusive em relação à literatura cristã. Outra questão é a ideia de abrir escolas. Aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, há uma profusão de Christian Schools com ensino bilíngue. As escolas surgem do nada, aparecem com nomes em inglês e começam a funcionar. A grande pergunta que se coloca é que a propaganda afirma: “Nós vamos proporcionar um ensino cristão e não vamos deixar que seu filho seja atraído pela ideologia esquerdista.” Aqui, seu filho não será cooptado. Esses movimentos estão agora criando escolas nesse formato, em parceria com igrejas. Muitas igrejas evangélicas têm uma estrutura educacional, com salas de apoio para a escola dominical, entre outras atividades. Estão agora abrindo escolas nas igrejas e cobrando por isso. Talvez caiba uma ação governamental, porque a isenção de IPTU é concedida para fins religiosos, não comerciais. É importante verificar se há possibilidade de ação nesse aspecto. A ideia da teologia do domínio é usar a democracia enquanto preparam o campo, para que a próxima geração se acostume com a ideia

de teocracia. Quando forem maioria, elegerão um governante teocrático e mudarão a situação, instaurando uma ditadura teocrática.

- Como o senhor avalia a disseminação das fake news nas bases da igreja, citando como exemplo o caso do deputado Nicolas Ferreira, que é um evangélico fervoroso.

- Veja, hoje em dia, muitos pastores têm grupos da igreja no WhatsApp ou Telegram, permitindo acesso direto às pessoas da congregação. Isso facilita, por exemplo, que um pastor envie uma fake news aos membros da igreja, que pode ser rapidamente disseminada. As mensagens podem vir com pedidos para repassá-las a mais pessoas, incluindo familiares e amigos, espalhando-se sem controle. Nesse cenário, existe outra organização, a Global Kingdom Partnership Network (GKPN), que tem uma atuação influente no Brasil. Essa organização promoveu reuniões em 2018 e 2022, nas quais decidiu apoiar Bolsonaro. A GKPN reúne líderes de megachurches, cada um com um grande número de membros, que podem variar de 3 mil a até 50 mil pessoas. Esses líderes coordenam ações conjuntas. Por exemplo, mesmo se apenas considerássemos os seguidores dessas figuras, facilmente alcançaremos entre 25 e 30 milhões de pessoas.

Essas pessoas se reúnem e coordenam ações de forma organizada. Um líder de um segmento específico do movimento evangélico planeja uma ação e a dissemina para outros líderes do seu grupo. Esses líderes, por sua vez, passam a informação para seus subordinados, até chegar ao pastor da igreja, que repassa aos membros. Parece evidente que este movimento facilita a propagação de fake news. Também parece claro que qualquer ação do governo sofre uma espécie de “batismo” prévio, impedindo que receba o devido crédito. É comum que um pastor diga: “Olha, que coisa interessante. Temos um governante ligado ao diabo, mas Deus, que é maior, faz com que ele abençoe

o povo de Deus.” Assim, quem recebe o crédito? Não é o governante, não é o Lula, mas sim uma intervenção divina. Pode chover dinheiro, porque é batizado. Se chover dinheiro, falam assim, olha, Deus está fazendo chover dinheiro. Não tem jeito. Então, eu acho que o sistema de propagação das fake news é só mais um elemento que compõe esse processo, logicamente, um elemento que faz, que provoca a septicemia no sistema todo. Olha só, eu gostaria de destacar alguns pontos importantes sobre o que está por trás

“Muitas igrejas evangélicas têm uma estrutura educacional, com salas de apoio para a escola dominical”

do Legado Cristão. Eles dizem lá que tem algumas esferas da soberania de Deus que agem na sociedade. O Estado, a família. Mas, pela primeira vez, eu vejo a figura do mercado. Isso é gravíssimo. Quem é o mercado? O que é o mercado? Essa visão de que há um espírito mercado que se autorregula, essa visão ingênua, quase que uma reprodução, a crítica de Adam Smith, isso não se sustenta. Nem como algo que tem uma participação a partir da soberania de Deus. Então, qualquer

coisa que atinja o mercado atinge a Deus e o desejo de Deus. Então, se um governo de esquerda, ele automaticamente implica em uma ação maior do Estado e um envolvimento maior do Estado nas políticas públicas, o que acontece? Esse governo, ele é demonizado na sua raiz. Porque ele atenta contra a vontade de Deus que quer que o mercado se regule. Outra coisa que é impressionante: os compromissos que eles têm e que eles leram duas vezes, nas duas manhãs, cantando o hino e lendo o compromisso. E aí, lê o compromisso: Irmão, votar irmão. Formar lideranças. Ocupar postos-chave, destaquei só quatro, mas acho que são 10 ou 12. E manter alianças nacionais e internacionais pela liberdade. De 2018 pra cá, chegou a Capital Ministres, que é uma organização fundamentalista. A ação dela é lobby no Congresso Nacional. Ela reúne os deputados evangélicos e outros pressionando para votar nas pautas que eles acham importantes. Dentre essas pautas, logicamente, aquelas contra o aborto, contra o reconhecimento de diferentes tipos de gênero, no seu masculino e feminino, e por aí vai. Chegou a GKPN com força, que nós já falamos. Aumentou a incidência dos congressos fundamentais que são mais da infiel, vamos dizer assim, clínicas de pregação expositiva. Há missionários, que estão indo no interior, no rincão do país, oferecendo aos pastores “olha, nós estamos aqui pra atualizar, dar uma oficina, um workshop de atualização de homilética, para você pregar melhor”. E, na verdade, o que eles estão fazendo é uma doutrinação fundamentalista. Recentemente um missionário norte-americano foi dar essa clínica para pastores do Pará e Amapá. Há cinco anos atrás, um missionário foi dar essa clínica, um norte-americano, no interior da Bahia. Nós temos aí outro problema, que são os cursos de teologia, que os cursos de teologia confessionais, ou seja, que estão debaixo de uma denominação evangélica, invariavelmente, com uma exceção de um, os demais estão todos debaixo de



Reprodução

uma teologia fundamentalista. Isso quer dizer, que daqui a 10, 12 anos, não vai ter Sérgio, nem José Barbosa Júnior, nem Ariovaldo Ramos, não vai ter Uziel, não vai ter Edivar Gimenez, não vai ter Antônio Carlos Costa, não vai ter um pastor de centro-esquerda, quanto mais esquerda. E sabe o que acontece? Os cursos estão tendo reconhecimento pelo MEC. E ampliando as vagas. E não só isso. O MEC está autorizando outros cursos nesses centros confessionais, como o curso de História. Então, eu quero dizer para vocês, da seriedade desse tema, o que é que ele provoca essas muitas ações, esse cupinzeiro, ou melhor, esse cupinzal? São vários cupinzeiros, vários, o que eles estão promovendo no meio evangélico? Uma blindagem mental, uma promoção de uma nova narrativa que criminaliza e demoniza o pensamento de esquerda. Eles estão corroendo os fundamentos da democracia por dentro. Estão promovendo uma sementeira, porque eles querem um dia ser maioria, não para o bem da democracia, não para fazer uma influência positiva no país, mas para implantar uma teocracia, uma teocracia da teologia do domínio, fruto da teologia do domínio. Nem Tarcísio, nem Bolsonaro, nem Ricardo

Nunes, nem Caiado, nenhum desses caras, eles vão ser banidos. Eles estão achando que vão ocupar, eles vão ser banidos. Até hoje o domínio nos Estados Unidos, um dos seus propagadores, que era genro do idealista, o propagador foi o Gary North, ele e outros colegas dele fazem uma crítica ao Jerry Fowle, que era um pastor batista fundamentalista, que movimentou os evangélicos pela criação da maioria moral nos Estados Unidos, para votar em Reagan e vencer a eleição contra o Jimmy Carter. Esses caras, o que eles estão falando é o seguinte: o Jerry Fowle não foi suficiente, ele não foi até onde ele tinha que ir. Eles atacam o Jerry Fowle, que era a coisa mais extremista que existia. Então, não vai sobrar ninguém. Essa é a questão.

- Para a gente não acabar muito para baixo, será que o medo está tomando conta do mundo hoje?

- Bom, a única coisa que eu posso dizer é que normalmente sempre há um remanescente, pelo menos essa história, da narrativa bíblica, sempre há um remanescente que faz florescer um novo tempo. Eu só acho que a gente não precisava chegar no remanescente, não é? Eu acho que nós temos hoje os instrumentos, ou devía-

mos buscar ter os instrumentos, para evitar que chegássemos ao ponto de ser o remanescente e começar um processo lento de reconstrução. Eu acredito que a coisa tem que começar agora, nós temos tudo para fazer e evitar essa ação, esse, vamos dizer assim, esse prognóstico aterrador. Nós temos tudo. O governo está com o PT, nós temos tudo para poder evitar isso, usar os mecanismos legais para evitar chegar nesse ponto. A questão toda é que precisa enfrentar isso de frente, assim, de peito aberto, e criar, talvez, usando um pouco o Vladimir Safatle, a ideia de polarizar. Nós estamos condescendo demais. Vamos polarizar, para que haja uma polarização. Talvez esse seja um caminho para a gente. Eu acredito que, em termos de debate, logicamente que o Henrique Vieira sozinho, por exemplo, engole todos esses deputados de direita, uma Erika Hilton engole todos eles também, então, eu acredito que na capacidade de articulação de ideias, de oratória, e também de sustentação daquilo que é digno, do que é verdadeiro, não tem espaço para essa turma toda que está aí. Agora, falta encarar isso com um pouco mais de propriedade, para que não seja necessário haver um remanescente para recomeçar tudo de novo. ■



Ricardo Stuckert/PR

Reforma Tributária: Lula sanciona marco histórico para simplificação e justiça fiscal

Lula sanciona lei que regulamenta a reforma tributária do consumo, substituindo cinco tributos por dois principais. Com transição a partir de 2027, o novo sistema trará simplificação, segurança jurídica e maior progressividade, alinhando o Brasil a padrões tributários internacionais

Redação Focus Brasil

A pós décadas de espera, o Brasil finalmente alcançou a esperada Reforma Tributária. Na última quinta-feira (16), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou

o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta a maior parte da Reforma Tributária do consumo, estabelecida pela Emenda Constitucional (EC) 132/2023. Agora transformada na Lei Complementar (LC) 214/2025, a medida é um marco histórico que unifica tributos e simplifica a arrecadação no Brasil.

A nova legislação cria a Con-

tribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal; o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gerido por estados e municípios; e o Imposto Seletivo (IS), com caráter regulatório para desestimular produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Inspirado no modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), adotado em vários países, o sistema busca modernizar a tributação no Brasil.

Pontos-chave da reforma

- Substituição de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS por dois tributos principais (CBS e IBS);
- Transição gradual para as novas regras a partir de 2027;
- Não cumulatividade plena, reduzindo custos para investimentos e exportações;
- Justiça tributária com maior progressividade: quem ganha mais paga mais.

“Um legado para o futuro”

Durante a cerimônia, o presidente Lula destacou o impacto transformador da reforma: “Esse tempo é para preparar a sociedade, os empresários e os investidores para a nova ordem tributária deste país”. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chamou a mudança de “o maior legado econômico” do atual governo, afirmando: “Estamos plantando hoje um país muito mais justo e eficiente”.

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, também celebrou o avanço, chamando-o de “uma revolução no sistema tributário brasileiro” e lembrando a longa trajetória de discussões iniciada na Constituinte de 1988.

A reforma só foi possível, segundo Appy, graças ao trabalho conjunto entre sociedade civil, governos estaduais e municipais, e o Congresso Nacional. ■

Com informações do Planalto.



Haddad apresenta 25 metas econômicas do governo Lula para 2025-2026

Destaques incluem isenção para salários de até R\$ 5 mil, regulação de big techs, e ações para descarbonizar a economia e atrair investimentos verdes

Redação Focus Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, revelou o plano com 25 metas econômicas que irão nortear a agenda do governo Lula nos próximos dois anos. Divididas em três pilares – estabilidade macroeconômica, transformação ecológica e melhoria do ambiente de negócios –, as ações têm como foco o crescimento sustentável, justiça tributária e modernização da economia.

Entre as principais propostas está o fortalecimento do arca-

bouço fiscal, medida que busca garantir o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), reduzir o desemprego e manter a inflação sob controle. Outro destaque é a reforma tributária progressiva sobre a renda, que inclui a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e a criação de um imposto mínimo para os mais ricos, consolidando mais uma promessa de campanha do presidente Lula.

O plano ainda inclui ações para aprimorar o ambiente de negócios, como a regulação econômica das big techs e a modernização de marcos legais. Na área ambiental, o foco é acelerar a descarbonização e atrair recursos para a eco-

nomia verde, com medidas como a emissão de títulos sustentáveis e a implementação do mercado de carbono.

Metas principais do plano econômico:

1. Estabilidade macroeconômica e justiça tributária:

- Fortalecer o arcabouço fiscal para garantir crescimento econômico sustentável.
- Isenção de imposto de renda para salários de até R\$ 5 mil.
- Tributação de grandes fortunas e combate aos supersalários no setor público.
- Reforma da previdência dos militares e regulamentação da reforma tributária.

2. Melhoria do ambiente de negócios:

- Regulamentar big techs para promover competitividade e equilíbrio no mercado.
- Modernizar a Lei de Falências e marcos regulatórios financeiros.
- Permitir que estudantes do programa Pé-de-Meia invistam em poupança ou títulos do Tesouro.

3. Transformação ecológica:

- Criar novos leilões do EcoInvest e emitir títulos sustentáveis para o Fundo Clima.
- Implementar o mercado de carbono e estruturar o Fundo Internacional de Florestas.
- Modernizar o Plano Safra e outros programas voltados à sustentabilidade agrícola.

Com essas iniciativas, o governo Lula espera reduzir desigualdades sociais, atrair investimentos e consolidar o Brasil como uma referência em desenvolvimento sustentável. Segundo Haddad, as metas reforçam o compromisso com uma economia inclusiva e moderna, capaz de atender aos desafios do presente e preparar o país para o futuro. ■



O desafio das “emendas impositivas” ao Orçamento

Foi na oposição aos governos petistas que a tendência de usurpar o papel do Executivo foi exacerbada de forma crescente e insaciável

Raul Pont

A engenhosa forma de tratar o Orçamento Público inventada no Congresso Nacional já caiu nas malhas do

Judiciário e das reportagens policiais do Fantástico, da Rede Globo. Principalmente, nos desca-minhos das “emendas secretas”, onde não aparecem doadores nem beneficiários, mas acabam chegando em ONGs sem controle ou nas casas de apostas das bets, nova febre fraudulenta da jogati-

na e do caça-níquel nacionais.

A busca por influir e orientar o gasto público pelo Parlamento não é de hoje, e sempre existiu, mas de forma que não agredisse a Constituição e ocorresse nos limites de um regime presidencialista onde o Poder Executivo (presidente, governador e prefeito) é, explicitamente, o responsável pela elaboração e execução orçamentárias. Além de votar o Orçamento, é legítima a pressão parlamentar e sua influência nas reivindicações e prioridades no uso dos recursos públicos e a pressão sobre os Executivos nas demandas e prioridades sociais e territoriais das comunidades. Fora disso, é subverter o regime político ou torná-lo impraticável.

Nos anos 90, com o fim da ditadura e a nova Constituição, cresceu a pressão do Parlamento para incidir mais e diretamente sobre o Orçamento. O governo FHC, tratando a pão e água os demais entes federados, acirrou essa tendência de pressão sobre o orçamento via congressistas. Para o bem ou para o mal. Desde obras e serviços necessários até o início dos contrabandos e da malversação com episódios como “os anos do Orçamento”. Mesmo assim, as regras constitucionais eram, majoritariamente, mantidas.

Foi na oposição aos governos petistas que a tendência de usurpar o papel do Executivo foi exacerbada de forma crescente e insaciável. Na guerra aberta contra o segundo governo Dilma, sob a batuta de Eduardo Cunha (MDB) na presidência da Câmara, o Congresso aprovou em 2015 (na ante sala do Golpe) a Emenda Constitucional nº 86 dando caráter impositivo à crescente fatia das emendas parlamentares ao Orçamento Federal.

O governo golpista de Temer (MDB) e a condição subordinada e refém do governo Bolsonaro (PSL) à maioria conservadora, fi-

siológica e clientelista apenas ampliaram o controle do Congresso sobre o Orçamento em flagrante contradição com o regime político presidencialista. É claro que isso não decorre apenas do caráter individual do parlamentar, mas também das outras distorções do sistema eleitoral e partidário vigente. Uma inflação absurda de partidos que não se justificam por programas e ideologias e a excrescência do voto nominal, individualizado, que torna irresistível o clientelismo, a pulverização dos recursos e, como estamos vendo, a crescente corrupção escancarada nas manchetes e nos inquéritos policiais. Verdadeira farra corrupta com os recursos públicos.

No ano passado, em seminário organizado pelo Instituto Novos Paradigmas, em Porto Alegre, o ex-ministro do STF e ex-deputado constituinte (PMDB) de 88, advogado Nelson Jobim, questionado sobre o tema dessa prática, agora estendida aos estados e municípios, respondeu simplesmente: “O País é ingovernável”.

Em dezembro de 2024, ainda no exercício do mandato, a ex-prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas (PSDB), escreveu em artigo no jornal ZH (9.12.24) em que diz que, na busca de recursos e projetos nos ministérios para ações comuns em seu município, recebeu a recomendação de procurar deputados e senadores para apadrinhar as demandas necessárias. Escreveu a prefeita, “jamais saí de lá com a alma e o coração tão pesados”. E, mais adiante, “somos parlamentaristas no orçamento e nos investimentos e presidencialistas na responsabilidade”.

A extensão dessa prática aos estados e municípios, que no País pulveriza dezenas de bilhões de reais em práticas clientelistas, líquida com os pressupostos da administração pública, baseados na racionalidade e no planejamento dos gastos e investimentos.

Diante dessa realidade, no artigo citado, a ex-prefeita Paula Mascarenhas cogita, quem sabe então, caminhar para o regime parlamentar de vez. Assim, quem decide o gasto terá a responsabilidade de justificá-lo, de prestar contas de seus resultados.

Como fazer isso em um sistema partidário e eleitoral com mais de 30 partidos e através do voto nominal, essência do clientelismo e da tendência à corrupção?

Qualquer discussão séria no Brasil sobre a troca do presidencialismo tem que ser precedida de uma profunda reforma política que fortaleça os partidos e o voto partidário programático, sem o qual não há possibilidade de governos efetivamente democráticos e com credibilidade.

Diante desse quadro, então, não há saída?

Claro que se pode construir outro caminho. As citações de destacados dirigentes partidários demonstram uma crescente consciência do desastre a ser evitado. A corajosa ação do ministro Flávio Dino, no STF, barrando os casos mais escabrosos de emendas secretas e sem controle, demonstra reações corretas e no bom caminho.

Cabe ao presidente Lula, apesar do cerco e das ameaças diárias que sofre do “centrão” e da direita parlamentar, assumir essa luta. Com certeza terá o apoio da maioria da população e até de setores da mídia neoliberal, ferrenhos defensores dos “arcabouços” e “teto de gastos”, mas que estão preocupados com os escândalos e a ilegitimidade dessa invenção corrupta de emendas secretas e impositivas.

O STF tem que ser suscitado sobre a incompatibilidade da EC nº 86 e o regime presidencialista que está na Constituição.

Mas, mais do que isso, esse

debate tem que tomar as assembleias, as câmaras municipais, a universidade e as entidades associativas. Essa decisão compete à soberania popular e não à espreiteza e ao interesse privado dos beneficiados.

Essa iniciativa de mudança de pauta do debate nacional precisa ser assumida pelo governo Lula. O presidente tem a autoridade de ter proposto na campanha substituir as “emendas secretas” pelo “orçamento participativo”. Tem audiência e respaldo para isso. A iniciativa, porém, não é só governamental. Os partidos que apoiam o governo, em especial as federações do campo popular e socialista, precisam fazer disso uma pauta de mobilização e participação social. Principalmente pelo exemplo concreto das bancadas federais e estaduais desses partidos não se renderem à lógica individual e transformarem esses recursos em debate público aberto, direto com a população, para definir prioridades de obras e serviços para o país, estados e municípios. Essa é a prioridade que o governo deve ouvir e atender. Romper a lógica eleitoreira da clientela e fazer o debate público, aberto pelo interesse comum. Essa outra lógica, outra direção, abrirá também o questionamento e o cerco sofrido pelo ajuste fiscal. Retomar a mobilização, mesmo pequena, no início, é o caminho para sair do impasse, do cerco, da paralisia que torna toda população subordinada ao pensamento único neoliberal ou às fake news e à pauta de costumes que a direita quer manter viva.

Não faltará vontade nem participação, como ocorreu com as plenárias nas capitais sobre o Plano Plurianual de 2024, e certamente teremos apoio também dos setores que buscam fortalecimento da democracia e da soberania popular. ■

* Ex-prefeito de Porto Alegre.



Agência Câmara

Extrema direita vota contra o povo no Congresso, mas posa de defensora nas redes

Antipovo, a oposição bolsonarista votou contra a Reforma Tributária e outras propostas importantes para os brasileiros, como a taxaço de grandes fortunas, igualdade salarial entre homens e mulheres e a prorrogação das cotas nas universidades

Agência PT

Ao contrário da imagem de ‘defensores do povo’ que tentam passar através de suas redes sociais, parlamentares bolsonaristas sempre votaram e votam contra propostas legislativas que buscam a melhora nas condições de vida da população brasileira.

Eleita pelo povo, mas comprometida com os interesses das eli-

tes financeiras do país, a extrema direita sempre priorizou o apoio, na Câmara e no Senado, a projetos que retiram direitos dos trabalhadores, prejudicam as políticas públicas e aumentam as desigualdades no país

Isso pode ser comprovado, por exemplo, ao se fazer um levantamento, no portal da Câmara dos Deputados, sobre como votou ou orientou voto o PL (Partido Liberal) – legenda do ex-presidente golpista Jair Bolsonaro – em matérias e temas fundamentais para a melhoria das condições de vida da

maioria da população.

Exemplo disso foi a votação da PEC 45/2019 da Reforma Tributária, quando a liderança do PL orientou o voto ‘não’ àquela que foi considerada pelos setores econômicos e midiáticos como mais importantes medidas das últimas décadas, proposta pelo governo Lula.

O Partido Liberal também orientou contra a votação do Imposto sobre Grandes Fortunas, assim como no caso da Taxação dos Fundos Exclusivos e Offshore, ou seja, o partido bolsonarista sem-



Michel Jesus / Câmara dos Deputados | Beto Barata/PL

PL, partido de Bolsonaro, sempre orienta voto contrário em matérias que promovem melhoria de vida para o povo

pre atuou a favor dos ricos e contrariamente aos mais pobres. Faz parte da sua história e trajetória política.

Contra direitos das mulheres e dos mais pobres

Na votação do PL 1085/2023, que propunha a Igualdade Salarial entre Homens e Mulheres, o Partido Liberal liberou a sua bancada para votar como quisesse, sendo que a maioria formada pelo bolsonarismo também votou contrariamente, provando mais uma vez que são contra a ampliação dos direitos das mulheres.

E esse mesmo posicionamento contrário pode ser constatado nas discussões e votações dos projetos de lei sobre a prorrogação das cotas nas Universidades e Institutos Federais e das Cotas nos Concursos Públicos. E a orientação pelo voto NÃO da liderança do Partido Liberal se repetiu novamente nas

votações das matérias legislativas sobre o Programa Acredita e o Mercado de Carbono.

São esses mesmos opositores bolsonaristas antipovo, simpatizantes dos atos antidemocráticos e defensores do golpe em 8 de janeiro de 2023 contra a democracia e antiecológicos, que mostram a sua hipocrisia ao disseminarem fake news nas redes para atacar o governo Lula de forma criminosa e ainda tentam posar de “defensores do povo”.

Foi justamente o que se viu nos últimos dias com a propagação de grande quantidade de mentiras absurdas e fake news a respeito de supostas ações do governo federal referentes ao pagamento via Pix, quando na verdade dizia respeito apenas a uma norma de fiscalização pela Receita Federal.

Fake news do Pix

A quantidade de mentiras que chegou a causar grandes prejuízos à população que utiliza o Pix

diariamente levou o governo Lula a revogar a medida e editar uma Medida Provisória a respeito do assunto. A Advocacia-Geral da União aciona a Polícia Federal para investigar os autores da disseminação das fake news nas redes.

Em resposta à ação criminosa dos opositores, a presidenta nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), divulgou vídeo em que defende a decisão do governo federal de revogar a norma sobre Pix para conter os danos causados à população pela desinformação disseminada pela extrema direita.

Gleisi finaliza o vídeo reafirmando que o PT e o governo não temem as mentiras criminosas dos bolsonaristas. “Não temos medo. Já vencemos mentiras antes e vamos vencer mais essa. Com determinação e enfrentamento. Porque o nosso compromisso é com o Brasil e com o povo brasileiro”. ■

Novas frentes para isolar o fascismo

Novo mundo não seria mais uma comunidade de vizinhanças contraditórias, mas uma totalidade do globalismo

Tarso Genro e Aloysio Ferreira

Impressiona a naturalidade com que as sociedades das grandes economias do mundo recebem o que pode ser o fim das democracias gestadas nas revoluções Francesa e Americana. A postura fracassada do “apaziguamento” do Acordo de Munique, como filosofia diplomática na década de 1930, desarmou os espíritos para a resistência ao nazismo, tornando os povos dóceis ao pragmatismo e à traição. A docilidade leniente custou milhões de mortos no Holocausto, nos campos de batalha do mundo inteiro, nas cidades incendiadas da União Soviética e de toda a Europa.

Umberto Eco, em 1998, viu a emergência de um novo projeto fascista, presente nas fragmentações da pós-modernidade, que poderia transferir para os Estados dos países ricos o monopólio político das redes, para a construção de um novo mundo. Este não seria mais uma comunidade de vizinhanças contraditórias, mas uma totalidade — esta sim — do globalismo perfeito. Por meio dela, o modo de vida, a cultura e a política seriam uniformizados pela mentira, construções falsas da “verdade” perfeita e inquestionável.

A articulação do Estado americano com Mark Zuckerberg e Elon Musk — depois das ameaças diretas à soberania do Canadá, Groenlândia, Pana-

má e México — é a formação de uma Internacional Protofascista que — na recusa da modernidade e no culto da “ação pela ação” — é acompanhada de uma concepção de mundo em que a vida não é uma luta por viver, mas pelo autoaniquilamento humano.

Esse novo Estado “globalista” visa a reorganizar o pacto imperial-colonial num outro nível: com a posse dos territórios por meio do controle político da opinião, com o uso apenas subsidiário da força militar externa. Um sistema apoiado no servilismo manipulado, que se torna voluntário, dos mais explorados, dos aniquilados pela miséria, dos infelizes e sociopatas, bem como de todos os que não foram integrados à vida comum da “normalidade” capitalista. Do ventre das crises do capitalismo nasce o fascismo, não o socialismo da reforma ou da revolução.

Estaremos num momento “decisivo” para o futuro da Humanidade? Desde a adolescência ouvimos essas sentenças. Por isso, nos acostumamos a recusá-las. Pode ser dito, todavia, que, se não for um momento decisivo, é o momento final de um ciclo, no qual o próprio termo “decisivo” perde o seu sentido. Um novo período, no qual a História fará de nós o que ainda não sabemos, mas que será bem pior do que o ciclo do moderno que ora se encerra. A rebeldia do espírito humano poderá vencer?

Dois exemplos a serem recordados para enfrentar essa ameaça. Primeira rebeldia: a de George Steiner, quando lembra o livro de Primo Levi, em que

ele destaca o valor necessário “para desejar sobreviver a Auschwitz”, por meio da recordação da escuta do Canto de Ulisses, na “Divina Comédia” de Dante. Segunda: lembrando Alexander Wat, pensando que poderia suportar o seu recolhimento pelo stalinismo à prisão de Lubianka, quando numa manhã, no princípio da primavera, ouviu à distância um fragmento da “Paixão segundo São Mateus”, de Bach. Duas rebeldias da consciência contra situações aparentemente sem saída.

No outro lado da História, o sentido do humano na modernidade não difere do que John Reed viu na Revolução Russa, para situar-se nos seus acontecimentos épicos:

— De um lado, um punhado de operários e soldados de armas na mão, representando a insurreição vitoriosa, serenos, mas com um aspecto miserável. Do outro lado, uma multidão furiosa, formada pela mesma espécie de indivíduos, que se aglomeravam ao meio-dia nas esquinas da Quinta Avenida, de Nova York, rindo, injuriando, vociferando: “Traidores! Provocadores!”.

O potencial da Revolução iniciava também os movimentos para devorar seus filhos.

As duas placas tectônicas dos últimos três séculos — Iluminismo e Revolução Russa — são agora substituídas por outros cataclismos. As ideias de luta contra os fascismos, bloqueadas pelos algoritmos da dominação, que geram enxames informais do irracionalismo edificado de fora da vida social, por emoções fugazes aceleradas pelo ódio. Vencer significa construir um povo universal, consciente dos perigos da transição climática, das desigualdades sociais e das guerras surdas ou estrondosas a que os países mais ricos submetem o gênero humano. Internamente, isso significa formar novas frentes políticas para isolar o fascismo e os apóstolos de qualquer ditadura civil ou militar.

*Tarso Genro e Aloysio Ferreira foram ministros da Justiça



Avalanche de desinformação pela extrema direita causou retrocesso na fiscalização de transições financeiras

Senadores criticam campanha de desinformação sobre transparência no Pix

Rogério Carvalho e Jaques Wagner detonam narrativas mentirosas sobre aumento do limite de fiscalização em movimentações bancárias: “falta de transparência só interessa à bandidagem”

Agência Senado

A prova de que as fake news destroem a sociedade teve seu ápice em uma medida simples: a revogação do ato que modificava regras de fiscalização sobre transações financeiras – inclusive, o Pix. Nada de mais imposto ou qualquer impacto sobre a população, apenas mais trans-

parência. Para os senadores do PT, essa nova avalanche de mentiras teve como principal beneficiados os que se aproveitam de ilícitos.

As regras, em primeiro lugar, foram anunciadas pela Receita Federal, se tratando apenas de uma maneira de impedir fraudes e sonegação fiscal: ao invés de fiscalizar todas as movimentações mensais até R\$ 2 mil para pessoa física e R\$ 6 mil no caso de pessoa jurídica, o órgão iria focar exclu-

sivamente em transações maiores (respectivamente, R\$ 5 mil e R\$ 15 mil). Na prática, diminuiria a necessidade de relatos das instituições financeiras sobre as movimentações feitas pela maior parte da população.

Na atualização, o Pix seria incluído nessas regras, assim como os cartões. Além de não ter nada a ver com cobrança de impostos, desde o início, a Receita informou que a intenção nunca foi pegar o pequeno comerciante como alvo.



Para o senador Rogério Carvalho (PT-SE), os verdadeiros beneficiados foram os que “não pagam nada” de impostos



“A nós interessa pegar os bandidões do tráfico, que operam em alta. Não os que fazem qualquer bobagem”, apontou o líder do Governo no Senado Jaques Wagner (PT-BA)

A avalanche de desinformação, no entanto, obrigou o governo a abandonar a medida. Para o senador Rogério Carvalho (PT-SE), os verdadeiros beneficiados foram os que “não pagam nada” de impostos.

“Nestes tempos de construção de narrativas, o governo não pode anunciar nada sem avaliar as narrativas possíveis sobre cada tema que vai ser colocado em discussão na sociedade. Se não fizer isso, corre o risco de acontecer o que aconteceu”, apontou o senador, nesta segunda-feira (20/1), durante entrevista à Rádio Xodó.

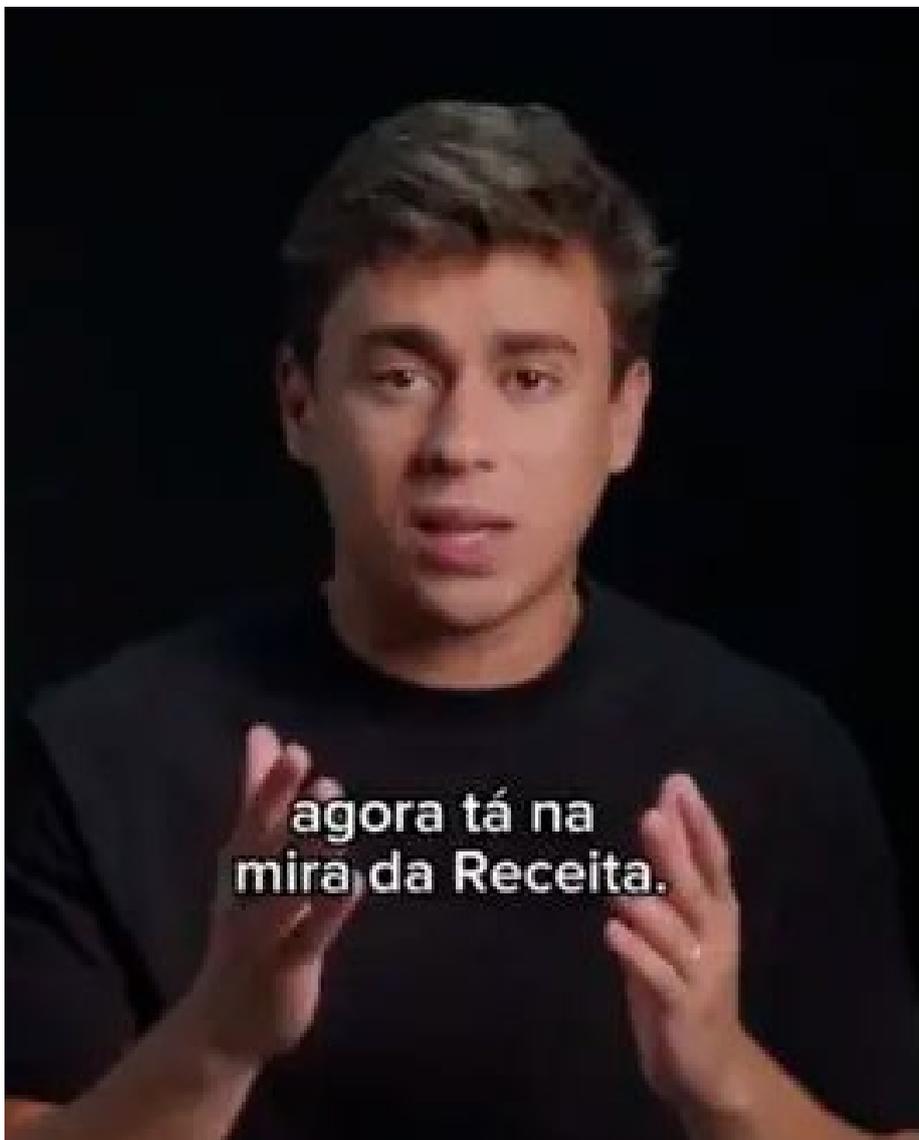
“Nos tempos atuais, antes de colocar para discussão uma matéria, ou aprovar uma medida administrativa, você precisa debater sobre o risco daquilo se transformar numa narrativa que desinforma a população”, acrescentou o parlamentar.

Interesse da bandidagem

Líder do Governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) foi na mesma linha do colega de partido, lembrando que as fake news se tornaram a nova arma de ameaça à democracia.

“A quem interessa a não transparência? À corrupção, ao tráfico, à bandidagem. Quem anda direito não tem problema. [...] O Pix é você movimentando como por cheque a sua conta corrente. Se cair na conta de alguém um dinheiro incompatível com aquilo que ele ganha no negócio dele, no emprego dele, é óbvio que os órgãos de segurança sempre acompanham essa movimentação, porque é por aí que passa o dinheiro do tráfico, não para gente direita. Na minha opinião, venderam uma mentira”, criticou.

“A nós interessa pegar os bandidões do tráfico, que operam em alta. Não os que fazem qualquer bobagem. Então, na minha opi-



nião, afrouxaram para diminuir o total de informações a serem analisadas pela Receita Federal, e (influenciadores de extrema direita) venderam uma mentira”, complementou o senador.

Entenda o caso

No dia 17 de setembro de 2024, a Receita publicou a Instrução Normativa 2.219, disciplinando o tema. E, em janeiro deste ano, a medida foi alvo de uma série de mentiras espalhadas pelas redes sociais.

Uma série de vídeos falsos começou a circular sobre uma suposta cobrança de um imposto do Pix, que iria prejudicar o pequeno comerciante, o pipoqueiro, o vendedor da praia. Até mesmo tentativas de golpe foram aplicadas, como mensagens falsas que di-

ziam que a pessoa foi taxada por usar mais de R\$ 5 mil no Pix no mês, devendo pagar R\$ 845 para evitar o bloqueio do CPF.

Com o impulsionamento de conteúdos falsos, especialmente pela extrema direita, o secretário da Receita, Robson Barreirinhas, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciaram a revogação das medidas.

Na sequência, o governo federal anunciou uma medida provisória que garante a não tributação de transferências bancárias feitas por Pix. É bom lembrar que esse tipo de imposto foi sugerido, na verdade, pelo governo de Jair Bolsonaro.

Ministro da Fazenda da gestão Bolsonaro, Paulo Guedes sugeriu que o Brasil precisaria “tributar transações digitais” como uma alternativa para desonerar a folha de pagamento das empresas. ■



Pixabay

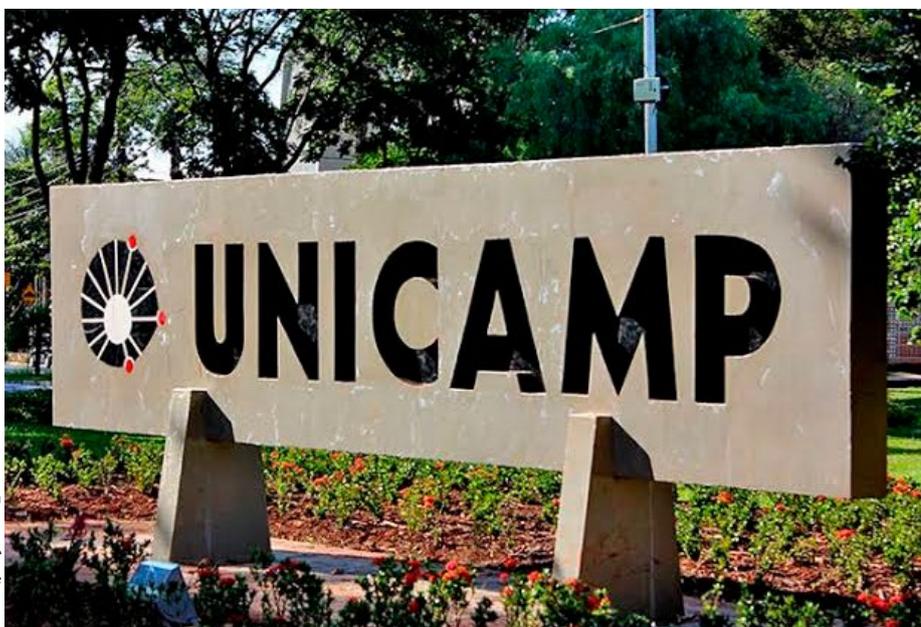
Comunicação do PT alerta para contato suspeito em seus grupos de Whatsapp

Contato identificado como “Marcos PT”, que tem acessado grupos estaduais de Comunicação do PT, não tem ligação com a direção nacional como alega ter e não está autorizado a acessar esses endereços

Agência PT

A Secretaria Nacional de Comunicação do PT alerta para uma tentativa de golpe digital, através da utilização de um contato suspeito que se identifica como “Marcos PT”, que tem acessado grupos estaduais do partido no Whatsapp, especialmente o PT-ES, alegando ser da direção nacional do partido.

Trata-se, provavelmente, de algum tipo de golpe, pois esse contato não tem nenhuma ligação com o PT Nacional e não está autorizado a acessar esses grupos gerenciados pela Comunicação do partido. ■



Curso ‘Desenvolvimento, trabalho e políticas públicas’ será oferecido pela FPA, em convênio com a Unicamp

Pré-inscrições poderão ser feitas até dia 5/2; aulas, que acontecem entre março e junho, são voltadas a filiados e militantes do PT, integrantes de movimentos sociais e servidores públicos

Redação FPA

A Fundação Perseu Abramo (FPA) começa a oferecer, por meio de convênio assinado com o Instituto de Economia da Unicamp, cursos de extensão sobre temas da conjuntura atual destinados à capacitação de filiados e militantes do PT, integrantes de movimentos sociais e servidores públicos.

O primeiro, com início em 17/3 e término em 30/6, vai discutir o

tema “Desenvolvimento, trabalho e políticas públicas”. Para participar, basta ter ensino superior completo em qualquer área de conhecimento e realizar pré-inscrição gratuita, até o dia 5/2, preenchendo o formulário que se encontra disponível no link <https://forms.gle/Z7j4rgKvqwFWaeTv6>.

A FPA irá custear 50% do valor do curso, que dá direito a certificado. Assim, o valor será de R\$ 395,85, que poderá ser dividido em até três parcelas, mais a taxa de matrícula de R\$ 21 às pessoas que forem aprovadas no processo de seleção.

As aulas, em formato remoto e algumas híbridas, serão semanais, sempre às segundas e quartas-feiras, das 19h30 às 22h30. O objetivo desse primeiro curso é fazer com que os alunos possam se aprofundar em relação à complexidade do mercado de trabalho no século 21 e, a partir daí, tenham condições reais para a formulação de políticas públicas que contribuam para o enfrentamento da precariedade e das desigualdades que persistem nesse meio.

Para tanto, a programação prevê palestras com professores convidados, que irão abordar assuntos específicos. Entre os nomes confirmados, estão Paulo Gala, Pedro Paulo Zahluth Bastos, Juliane Furno, Lais Abramo, José Dari Krein, Pedro Rossi, Liana Carleial, Euzébio Jorge, Elias Jabour, Andréia Galvão, Marilane Teixeira, Ricardo Antunes, Verena Hitner e Marcio Pochmann, atual presidente do IBGE. Além disso, haverá aulas magnas, que serão exibidas simultaneamente no canal do YouTube da FPA.

Pré-inscrições e processo de seleção

O curso de extensão “Desenvolvimento, trabalho e políticas públicas” contará com até 100 vagas e o processo seletivo levará em conta critérios de paridade entre gênero, etnia e das cinco regiões geográficas do país. Na fase de pré-inscrição, os candidatos deverão submeter diploma, certificado ou declaração de conclusão de graduação. Será preciso ainda enviar carta ou vídeo de apresentação e de motivação, que justifiquem o interesse em participar das aulas. O resultado dos alunos selecionados será divulgado no dia 6/2 e as matrículas deverão ser efetuadas até 15/2 no site da Unicamp. Mais informações podem ser obtidas pelo endereço eletrônico extensao@fpabramo.org.br.



Divulgação

A apresentadora Cissa Guimarães comanda o programa desde o retorno do clássico das tardes da TV Brasil, em 2023

Sem Censura vence Prêmio APCA como Melhor Programa de TV

Comandado por Cissa Guimarães, o programa da TV Brasil conquistou o Prêmio APCA 2024 como Melhor Programa de Televisão, destacando-se em um dos mais importantes e tradicionais reconhecimentos culturais do país.

Redação Focus Brasil

O programa Sem Censura, exibido pela TV Brasil, foi eleito Melhor Programa de Televisão pelo Prêmio APCA

2024, organizado pela Associação Paulista de Críticos de Arte. Sob o comando de Cissa Guimarães, a atração conquistou um dos mais tradicionais prêmios culturais do país, consolidando sua relevância

na programação televisiva.

Transmitido de segunda a quinta-feira, das 16h às 18h, com edições especiais às sextas-feiras, o programa destacou-se entre os indicados, como Companhia Certa (RedeTV!), Lady Night (Multishow), Projeto Falas (Globo) e Que História É Essa, Porchat? (GNT).

“O reconhecimento da APCA reafirma o sucesso do novo formato do Sem Censura, que trouxe audiência, relevância e uma contribuição única à TV Brasil”, destacou Jean Lima, diretor-pre-

sidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Sobre o Prêmio APCA

Criado em 1956, o Prêmio APCA valoriza a excelência em áreas como televisão, literatura, música e teatro. A categoria de televisão foi incluída em 1972, tornando-se referência no cenário cultural brasileiro.

Este é mais um marco na história da EBC, que em 2012 já havia sido indicada com o programa Arte do Artista, de Aderbal Freire-Filho. ■

Com informações da EBC

Cessar-fogo na Palestina começa a valer após liberação de reféns e prisioneiros

Neste domingo (19), foram liberadas três reféns israelenses e 90 prisioneiros palestinos

Claudia Rocha

Após um ano e três meses de bombardeios, entrou em vigor neste domingo (19) o cessar-fogo entre Israel e Palestina, firmado na semana passada no Catar, um dos negociadores junto com Egito e Estados Unidos. O acordo teve início às 6h15 no horário de Brasília (11h15 no horário local). Houve um atraso de três horas no horário previsto para a liberação da lista de reféns israelenses por parte do Hamas, o que resultou em mais ataques à faixa de Gaza e ao norte do território, ainda no domingo, deixando 19 mortos e 30 feridos.

Por volta do meio-dia, no horário de Brasília, foram libertadas três reféns israelenses capturadas em 7 de outubro de 2023, data considerada marco do enclave por conta do atentado promovido pelo Hamas, que matou cerca de 1,2 mil israelenses. Romi Gonen, Emily Damari e Doron Steinbrecher foram entregues por soldados do grupo palestino nas mãos de representantes da Cruz Vermelha. Em troca, Israel libertou 90 prisioneiros palestinos, entre homens, mulheres e crianças.

Etapas do acordo

O cessar-fogo prevê três fases. A primeira, já iniciada, deve ocorrer com a troca de 33 reféns israelenses, vivos ou mortos, e prisioneiros palestinos, além da possibilidade de que palestinos possam voltar para suas casas ao norte da Faixa de Gaza, região que foi 90% afetada por ordens de evacuação. Casos que necessitam de tratamento médico e humanitário serão atendidos na fronteira com o Egito. Ao longo do domingo, foram registradas imagens de palestinos voltando para o local onde viviam, agora em ruas totalmente desertas, restando apenas escombros.

A segunda fase tem previsão de início no dia 3 de fevereiro, com o foco na liberação do total dos 33 reféns israelenses em troca de 1.904 prisioneiros palestinos. Já a terceira etapa, a partir do dia 3 de fevereiro, marca o início da reconstrução da Faixa de Gaza.

Futuro incerto

Apesar das comemorações do povo palestino, ainda não há garantias de que o cessar-fogo represente, de fato, o fim da guerra. No sábado (18), em seu primeiro discurso após a assinatura da trégua, Benjamin Netanyahu afirmou se tratar somente de uma pausa, com a paralisação apenas temporária. O primeiro-ministro israelense disse que o país “não vai

desistir de seus objetivos” e que atacará a Palestina “com força” caso as contrapartidas exigidas não sejam cumpridas. Netanyahu fez questão de deixar claro no pronunciamento que conta com o apoio dos Estados Unidos em uma possível nova ofensiva.

Nesta segunda-feira (20), o Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, discursou no Conselho de Segurança da ONU em uma sessão sobre a situação no Oriente Médio. Ele destacou que 630 caminhões de ajuda humanitária já adentraram o território. O líder das Nações Unidas enfatizou a proteção civil e segurança aos que tentam retornar às suas comunidades. As medidas envolvem a remoção de artilharia explosiva, atuação com dignidade e respeito na recuperação dos restos mortais das vítimas.

Mortes e destruição

Segundo dados do Ministério da Saúde de Gaza, cerca de 47 mil palestinos foram mortos, sem contar os números de trabalhadores de serviços humanitários e jornalistas atingidos.

De acordo com um estudo, publicado em 9 de janeiro, na revista científica *The Lancet* e conduzido pela universidade London School of Hygiene and Tropical Medicine (LSHTM), a estimativa é de que esse número representa uma subnotificação de cerca de 40%, já que os hospitais e os necrotérios operam em situações catastróficas e o sistema oficial online deixou de funcionar, além do fato de que muitas famílias foram inteiramente dizimadas sem ter parentes vivos para registrar os óbitos.

Segundo informações da ONU, cerca de 67% das terras aráveis, ou seja com a possibilidade de plantio, da Faixa de Gaza foram danificadas. Enquanto isso, 91% da população palestina apresenta altos níveis de insegurança alimentar severa, de acordo com projeções da entidade.

América do Sul, um continente à beira do futuro

Hoje, o Brasil já possui metade da população e do produto sul-americano, e é o único país da região que tem alguma presença no tabuleiro geopolítico internacional

José Luís Fiori

As vezes de forma mais lenta, às vezes mais acelerada, algumas mudanças vêm acontecendo no panorama geopolítico e geoeconômico da América do Sul. Em alguns casos, reforçando velhos caminhos e “vocações” do continente; em outros, abrindo novas perspectivas e oportunidades que poderão ou não ser aproveitadas pelos 12 países que convivem lado a lado dentro desse território recortado por tantas barreiras geográficas, e tão próximo dos Estados Unidos.

Destacamos em seguida quatro mudanças que deverão pesar decisivamente sobre o futuro continental.

O aumento da assimetria sul-americana

Em 1950, os dois países mais ricos da América do Sul – Brasil e Argentina – tinham mais ou menos o mesmo PIB, apesar de que os argentinos tivessem uma renda per capita, homogeneidade social, nível educacional e qualidade de vida extraordinariamente superiores em relação aos brasileiros.

Hoje, setenta anos depois, a situação mudou radicalmente: se o PIB dos dois países girava em tor-

no de US\$ 80 bilhões em 1950, 70 anos depois, o PIB brasileiro multiplicou 23 vezes e é hoje de cerca de US\$ 2,17 trilhões, enquanto o argentino multiplicou-se apenas oito vezes no mesmo período, sendo hoje de 640 bilhões de dólares. Uma assimetria entre os dois países que tende a aumentar exponencialmente nos próximos anos, e muito mais ainda entre o Brasil e os demais países sul-americanos.

Hoje, o Brasil já possui metade da população e do produto sul-americano, e é o único país da região que tem alguma presença no tabuleiro geopolítico internacional.

Depois do Golpe de Estado de 2016, entretanto, e até 2022, dois sucessivos governos de direita alteraram radicalmente a política externa, afastando o Brasil de todas as iniciativas integracionistas na América do Sul, ao mesmo tempo que se alinhava aos Estados Unidos e à Otan, frente aos conflitos internacionais fora do continente.

Em 2023, entretanto, o país retomou o rumo anterior de sua política externa e vem assumindo posições cada vez mais ativas no campo internacional, no grupo do Brics, na presidência rotativa do G20 e na liderança mundial da luta pela sustentabilidade e controle das mudanças climáticas. No seu próprio continente, entre-

tanto, o Brasil vem encontrando grandes resistências, que muito têm a ver com o aumento da assimetria regional, em que o Brasil aparece hoje como uma espécie de “elefante no meio da sala”.

A expansão da presença chinesa

A segunda grande transformação da América do Sul, nas primeiras décadas do século XXI, foram o surgimento e a expansão acelerada do papel da China no desenvolvimento econômico do continente. Em apenas três décadas, o fluxo comercial entre América do Sul e China cresceu de US\$ 15 bilhões em 2001, para cerca de US\$ 300 bilhões em 2019. E o fluxo dos investimentos diretos chineses na região cresceu e se manteve em torno de US\$ 10 bilhões anuais, em média, entre 2011 e 2018.

Brasil, Peru e Argentina receberam a maior parcela desses investimentos até 2022, ficando o Brasil com 22% deste total, incluindo a fabricação de veículos elétricos, aquisição de ativos de lítio, expansão da Huawei e de outras empresas chinesas de data centers, computação em nuvem e tecnologia 5G, e em grande quantidade de infraestrutura elétrica.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, a China também dobrou sua participação nas importações realizadas pelos países sul-americanos, cujo valor bruto cresceu mais de 700%, enquanto as exportações brasileiras para a América do Sul, por exemplo, no mesmo período, cresceram menos de 40% do crescimento chinês. Mesmo durante a crise econômica de 2008, a participação brasileira no mercado argentino recuou de 42% para 31,5%, enquanto a participação chinesa subiu de 21,5% para 30,5%. E o mesmo aconteceu na Venezuela, onde a participação chinesa subiu de 4,4% em 2008, para 11,5% nos quatro primeiros meses de 2009.

Hoje, a China é o maior parcei-

ro comercial do Brasil, do Chile e do Peru no continente sul-americano, e está entre os três maiores parceiros comerciais de todos os países do continente. Só no caso brasileiro, 30,6% de suas exportações em 2023 foram para a China, que foi ao mesmo tempo o maior fornecedor de bens importados pelo Brasil. E oito países sul-americanos já fazem parte da iniciativa da Belt and Road chinesa: Argentina, Peru, Bolívia, Chile, Guiana, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Na linguagem estruturalista clássica, pode-se afirmar que nesse período a China se transformou no novo “centro cíclico principal” da economia sul-americana. E hoje, como no passado, o principal interesse dos chineses na América do Sul segue sendo seus recursos naturais e minerais, apesar de também estarem participando das grandes licitações governamentais da região. E o cenário para os próximos anos promete uma oferta excedente de produtos e capitais chineses, que deve derrubar barreiras e constituir um imenso desafio competitivo para os capitais norte-americanos e brasileiros.

A nova estratégia norte-americana de “polarização mundial”

A terceira grande mudança aconteceu no campo das relações da América do Sul com os Estados Unidos, que nunca abandonaram sua Doutrina Monroe, formulada em 1823 com o objetivo de combater e expulsar a influência europeia do continente sul-americano. A diferença é que, no século XIX, esse discurso era contrário aos interesses das potências coloniais europeias, e favorável à independência de suas colônias sul-americanas.

Na primeira metade do século XX, entretanto, a mesma doutrina legitimou a intervenção norte-americana na América Central e Caribe, para mudar governos e

regimes que eles consideravam contrários aos seus interesses. E na segunda metade do século, ela voltou a ser utilizada para “proteger” os países da América do Sul, só que agora contra a “ameaça comunista”, que justificou o apoio norte-americano a uma sucessão de golpes e regimes militares que liquidaram a democracia no continente, destruindo ao mesmo tempo sua soberania e seus projetos autônomos de futuro.

No início do século XXI, durante a sua “guerra global ao terrorismo”, os Estados Unidos reduziram seu grau de envolvimento político com os assuntos sul-americanos. Um “déficit de atenção” que durou até o “desembarque” econômico dos chineses na América do Sul na segunda década do século, e até o início do conflito entre os Estados Unidos e a Rússia, na Ucrânia, após o golpe de Estado de 2014.

Desde então, os Estados Unidos vêm se propondo “repolarizar o mundo” no estilo da Guerra Fria do século XX, de maneira que os demais países do sistema internacional, e também da América do Sul, teriam que se posicionar de um lado ou de outro da “linha vermelha” estabelecida por eles e seus aliados europeus.

O declínio do projeto de integração sul-americano

A maioria dos países sul-americanos superou o impacto da crise de 2008 mais rapidamente do que no resto do mundo, graças à grande demanda de seus produtos de exportação por parte das economias asiáticas, da China em particular, que sustentaram as quantidades e os preços das commodities sul-americanas num nível extremamente elevado.

Mas este sucesso de curto prazo provocou um efeito inesperado em toda a América do Sul, ao aprofundar, de forma paradoxal, as velhas dificuldades enfrentadas desde sempre pelo projeto de integração econômica da América do Sul. Basta dizer que, na Améri-

ca do Norte, o comércio intrarregional é da ordem de 40% do seu comércio global; na Ásia, de 58%; e na Europa, de 68%; enquanto na América do Sul, mal chega aos 18%.

Os caminhos do futuro

Dividida em blocos, e com a maior parte dos países separados ou distantes do Brasil, por conta do contencioso venezuelano, a América do Sul deverá se manter na sua condição tradicional de periferia econômica do sistema internacional, mesmo diversificando e ampliando seus mercados na direção da Ásia.

Para não ser assim, o Brasil terá que assumir a “liderança material” do continente, construindo uma estrutura produtiva que combine indústrias de alto valor agregado e tecnologias de ponta, com a produção de alimentos e commodities de alta produtividade, mantendo sua condição de grande produtor de energia tradicional e “energia limpa”.

Neste caso, o Brasil poderá mudar o rumo da região, transformando-se na sua “locomotiva econômica”, por cima das divergências políticas e ideológicas que hoje dividem e imobilizam um continente que – sem o Brasil – não tem a menor relevância geopolítica dentro do Sistema Mundial.

Neste ponto, entretanto, não há como enganar-se: o Brasil enfrentará nos próximos anos uma concorrência acirrada e um boicote explícito do governo de Donald Trump, que considera como única relevância da América do Sul “pertencer ao quintal dos Estados Unidos”. ■

José Luís Fiori é professor emérito de economia política internacional da UFRJ; coordenador do GP da UFRJ/CNPq “O poder global e a geopolítica do Capitalismo”; e do Laboratório de “Ética e Poder Global”; Publicou recentemente Sobre a Guerra, 2018, A Síndrome de Babel, 2020; e, Sobre a Paz, 2021, todos pela Editora Vozes, Petrópolis.

Artigo publicado originalmente no Observatório Internacional do Século XXI, janeiro de 2025.



25/01/2001

Porto Alegre abriga encontro global

Fórum Social Mundial nasce com o lema 'Um outro mundo é possível'

Em contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos (Suíça), nasce o Fórum Social Mundial (FSM), um espaço alternativo de reflexão, debate e troca de experiências sobre a realidade mundial. O FSM propõe o desenvolvimento de uma globalização solidária, que leve em conta as exigências sociais e a sustentabilidade e não apenas as metas macroeconômicas.

Para marcar sua posição, durante alguns anos o FSM foi realizado simultaneamente ao Fórum de Davos, que reúne investidores,

agentes do mercado financeiro, acadêmicos, governantes e agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – símbolo da economia globalizada sob a hegemonia do pensamento neoliberal.

Nessa primeira edição realizada em Porto Alegre (RS), sob o lema "Um outro mundo é possível", o FSM reuniu cerca de 20 mil pessoas, que representavam movimentos sociais, organizações não governamentais, universidades e instituições da sociedade civil do Brasil e do exterior. O evento recebeu ampla cobertura da mídia nacional e internacional.



26/01/1970

Governo impõe censura prévia à imprensa

O presidente Garrastazu Médici baixa o Decreto-Lei nº 1.077, que regulamenta a censura prévia a livros e periódicos. A partir daí, censores se instalariam nas redações de jornais e revistas. A eles caberia decidir o que poderia ou não ser publicado. A imprensa nanica ou alternativa, por sua vez, passou a ser obrigada a enviar os textos que pretendia publicar para a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília.

A censura atingiu a imprensa de forma diferenciada. Jornais de grande circulação, como "O Estado de S. Paulo", "Última Hora" e "Correio da Manhã", foram cerceados na capacidade de informar. Periódicos da imprensa alternativa, como "Opinião", "Movimento" e "O Pasquim", foram estrangulados pela obrigação de levar textos e imagens até Brasília, prejudicando os prazos de edição.

30/01/2003

Governo lança programa Fome Zero

Trinta dias após assumir o governo, Lula lança o Programa Fome Zero, cujo desafio é integrar políticas estruturais e emergenciais no combate à fome. Com essa medida, o presidente começa a pôr em prática a principal bandeira de sua plataforma eleitoral e de sua trajetória política.

No Brasil do início de 2003, 44 milhões de pessoas viviam com menos de 1 dólar ao dia, em situação de insegurança alimentar. Até janeiro de 2004, o programa beneficiaria 11 milhões de pessoas em 2.369 municípios, concentrados especialmente no semiárido e nas regiões mais pobres do Nordeste brasileiro. Nesse período, seria criado o Cartão Alimentação, para possibilitar às famílias a compra direta de alimentos, e o Programa de Aquisição de Alimentos, com compras públicas dirigidas para a agricultura familiar.

O Programa Fome Zero enfrentaria sérias dificuldades em sua implementação, especialmente na articulação com as demais políticas de seguridade social. Mesmo assim, a experiência de garantir renda mínima para as populações mais pobres se aprofundaria e seria o embrião do Bolsa Família, lançado em janeiro de 2004, que se tornaria o maior e mais bem-sucedido programa de transferência de renda do mundo.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



29/01/1985

MST realiza primeiro congresso nacional

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba (PR), e assume uma posição de destaque na luta pela reforma agrária no Brasil. O evento é um desdobramento do 1º Encontro Nacional, ocorrido no ano anterior, em Cascavel (PR), quando a organização foi oficialmente criada.

O congresso em Curitiba contou com a participação de lavradores e camponeses de diferentes Estados, que contribuíram para a fixação das diretrizes de atuação do MST, resumidas em duas palavras de ordem: “Ocupação é a única solução” e “Sem reforma agrária, não há democracia”. O movimento passou a defender a ocupação de terrenos como legítimo instrumento de luta contra o

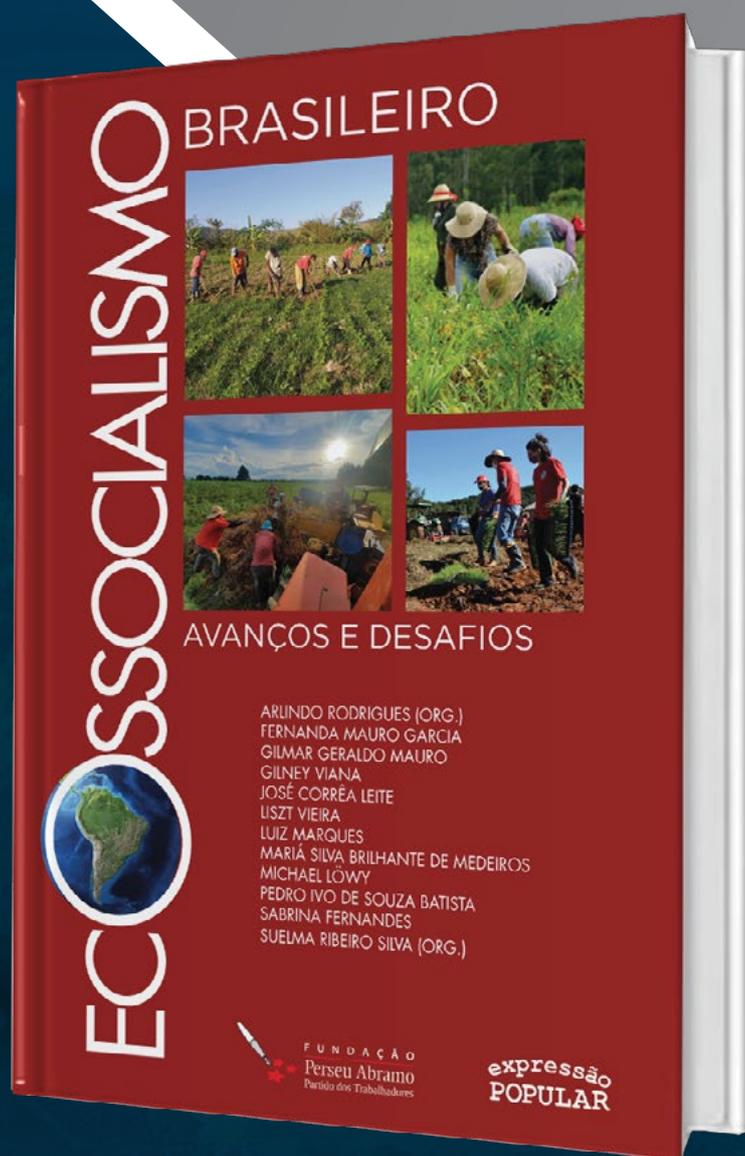
latifúndio e pelo direito à terra.

O MST tem raízes históricas nas lutas do período pré-1964 pela reforma agrária, uma das reformas de base preconizadas pelo governo João Goulart. Naquela fase, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, haviam sido o movimento social mais expressivo na luta pela terra.

Nos anos 1980, sob a influência da Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas ao setor progressista da igreja católica, surgiram novas lideranças no setor, dando origem ao núcleo original do Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e depois ao MST. Um impulso decisivo foi dado com a implantação do acampamento de Encruzilhada Natalino (RS), no início da década.

SAIBA MAIS SOBRE A **LUTA AMBIENTAL** INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecosocialismo brasileiro – avanços e desafios** é uma leitura necessária! A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios

Edição impressa
disponível nas
livrarias ou na loja
virtual da coeditora,
Expressão Popular.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

expressão
POPULAR